

# TEMÁTICAS EMERGENTES EM JUVENTUDES

Victor Hugo Nedel Oliveira (org.)



**GEPJUVE**

Grupo de Estudos e Pesquisas  
em Juventudes e Educação



# **TEMÁTICAS EMERGENTES EM JUVENTUDES**

Victor Hugo Nedel Oliveira  
(org.)

2024

# TEMÁTICAS EMERGENTES EM JUVENTUDES

Victor Hugo Nedel Oliveira  
(org.)

2024

**Diagramação e revisão final:** Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação – GEPJUVE – UFRGS – CNPq.

**Imagem da capa:** *Free-Photos* –  
<https://pixabay.com/pt/photos/rapazes-novo-adolescentes-p%c3%a9s-3286364/>

A presente obra encontra-se sob os direitos da Creative Commons 4.0. Atribuição-NãoComercial-SemDerivações – CC BY-NC-ND



O48temat Oliveira, Victor Hugo Nedel (org.)

Temáticas Emergentes em Juventudes / Victor Hugo Nedel Oliveira (org.). – Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2024.

161 f.

ISBN – 978-65-00-90764-3

1. Juventudes. 2. Educação. 3. Geografia. 4. Sociologia. 5. Gepjuve  
I. Oliveira, Victor Hugo Nedel. II. Temáticas Emergentes em Juventudes.

UFRGS

CDU: 911.3

CDD: 900

# **TEMÁTICAS EMERGENTES EM JUVENTUDES**

Victor Hugo Nedel Oliveira  
(org.)

2024

**O padrão ortográfico e sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autora. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de sua respectiva autora.**

**A versão virtual dessa obra foi desenvolvida com autofinanciamento do GEPJUVE e de suas autoras.**

**Sua distribuição é gratuita. Não é permitida sua venda ou comercialização.**

Copyright © GEPJUVE/UFRGS. 2024.  
Todos os direitos reservados.

## **EXPEDIENTE – GEPJUVE**

### **GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM JUVENTUDES E EDUCAÇÃO**

- Pesquisadores associados e Conselho Editorial -

Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS) – Líder  
Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales (UFC)  
Profa. Dra. Cérise Alvarenga (USP)  
Profa. Dra. Melissa de Mattos Pimenta (UFRGS)  
Profa. Dra. Miriam Pires Corrêa de Lacerda (Unilasalle)  
Profa. Dra. Rosane Maria de Castilho (UEG)  
Profa. Dra. Shara Jane Holanda Costa Adad (UFPI)  
Profa. Dra. Tatiana Prevedello (CMPR)

- Vinculação Institucional -

Departamento de Geografia/UFRGS  
Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS  
Pró-Reitora de Pesquisa/UFRGS  
Pró-Reitoria de Extensão/UFRGS  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação/UFRGS

Acesso DGP/CNPq:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/744135>

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| TEMÁTICAS EMERGENTES EM JUVENTUDES –<br>APRESENTAÇÃO<br>Victor Hugo Nedel Oliveira.....  | 7   |
| PREFÁCIO<br>Olívia Cristina Perez.....   | 16  |
| JUVENTUDE E ESCOLA: IMPACTOS DESDE A PANDEMIA<br>DE COVID-19<br>Dirce Zan.....   | 20  |
| MATERNIDADES NA SÉRIE SINTONIA<br>Juliana Ribeiro de Vargas<br>Carin Klein<br>Maria Elva de Jesus Matos.....   | 44  |
| JUVENTUDE(S), EMOÇÕES E AÇÃO POLÍTICA<br>Ana Luisa Fayet Sallas.....   | 62  |
| ADOLESCÊNCIA E CORPO ADOLESCENTE: CONSTRUÇÕES<br>BIOMÉDICAS<br>Régia Cristina Oliveira.....  | 89  |
| EXPERIÊNCIAS GRUPAIS COM JOVENS, PROMOÇÃO DO<br>DIREITO À CIDADE, À CONVIVÊNCIA E AO<br>FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS<br>Cérise Alvarenga..... | 104 |
| JOVENS MULHERES E FEMINISMO<br>Lucélia de M. B. Bassalo.....   | 128 |
| SOBRE AS AUTORAS.....  | 152 |
| SOBRE O ORGANIZADOR.....   | 157 |
| SOBRE AS AULAS.....  | 158 |

# **TEMÁTICAS EMERGENTES EM JUVENTUDES**

## **APRESENTAÇÃO**

Victor Hugo Nedel Oliveira

Esta obra é fruto do curso de extensão "Temáticas Emergentes em Juventudes", realizado no primeiro semestre de 2023, no contexto do GEPJUVE/UFRGS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação, vinculado ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Destaca-se como uma produção coletiva, resultado da colaboração de diversos participantes envolvidos no curso. Cada pessoa envolvida compartilha um compromisso ético, estético e político com as diversas realidades das juventudes contemporâneas. Este trabalho reflete, assim, a dedicação conjunta de múltiplos colaboradores em explorar e compreender as complexidades que envolvem as temáticas emergentes nas vivências juvenis.

Este curso de extensão foi realizado na esteira de um contexto marcado por um período extremamente delicado na história do Brasil. Após quatro anos de uma sequência de desafios, foi possível finalmente respirar. Nesses momentos de respiro, no primeiro ano de um novo governo que respeita a democracia, apresentamos esta obra. Este livro concentra seus esforços na reflexão e promoção de discussões acerca

das temáticas contemporâneas e emergentes que afetam as juventudes.

Tivemos a honra de reunir algumas das mais reconhecidas pesquisadoras brasileiras que se dedicam à temática das Juventudes. A escolha deliberada de convidar exclusivamente colegas mulheres para compor este curso de extensão e, conseqüentemente, o presente livro, reflete nossa intencionalidade. Na qualidade de organizador do curso e desta obra, sinto-me na obrigação de expressar, quantas vezes necessário, o devido reconhecimento e agradecimento àquelas que contribuíram significativamente para este projeto. Esse agradecimento, naturalmente, é extensivo às colegas autoras do prefácio e posfácio da obra que, de imediato, aceitaram realizar a primeira leitura do livro e contribuir com suas generosas palavras. Agradeço, colegas, por compartilharmos sonhos e trabalharmos juntos na consolidação de um campo de pesquisa ainda em desenvolvimento, assim como os sujeitos com os quais nos envolvemos. Não posso deixar de enfatizar a honra que foi receber prontamente suas aceitações para compor o curso, bem como suas imediatas contribuições para a construção desta obra.

Um agradecimento especial a você, leitor/a, que dedica seu tempo para refletir conosco sobre os jovens, o espaço e suas relações emergentes. Sua dedicação é fundamental para a ampliação do diálogo e compreensão dessas temáticas tão relevantes.



A análise dos textos e capítulos discutidos nesta obra revela a significativa importância da pesquisa voltada para as juventudes e suas temáticas emergentes. Ao explorar questões como as representações de maternidade, os impactos da pandemia de COVID-19 na vida escolar dos jovens, e as construções biomédicas da adolescência, as pesquisadoras não apenas fornecem contribuições sobre as experiências juvenis, mas também desafiam narrativas normativas e estereotipadas. Essa abordagem crítica e reflexiva abre espaço para a compreensão mais profunda das complexidades que permeiam a vida das juventudes, reconhecendo as diversidades e desafios enfrentados por diferentes grupos sociais. A pesquisa apresentada não apenas contribui para a ampliação do conhecimento acadêmico, mas também tem implicações práticas ao fornecer subsídios para políticas públicas mais sensíveis e inclusivas, considerando as realidades multifacetadas das juventudes contemporâneas.

Passaremos, na sequência, a apresentar brevemente cada capítulo da obra.

"Juventude(s), Emoções e Ação Política," de Ana Luisa Fayet Sallas, mergulha nas complexidades do universo juvenil, explorando três eixos fundamentais. Primeiramente, a autora adentra as intrincadas culturas juvenis, desvendando seus significados e implicações. Em seguida, a obra se aprofunda na sociologia das emoções, oferecendo uma perspectiva específica sobre como os sentimentos moldam e

são moldados pela experiência juvenil. O ápice do capítulo revela os resultados de uma abrangente pesquisa nacional sobre as ocupações estudantis no Brasil durante os anos de 2015 e 2016. Este último ponto não apenas representa a interseção dos interesses de pesquisa da autora, mas também fornece uma análise empírica abrangente. As histórias compartilhadas nesse contexto transcendem simples relatos, tornando-se narrativas que encapsulam as emoções profundas vivenciadas pelos participantes. Essas experiências coletivas destacam a urgência de resistir ao esquecimento, revelando a riqueza, dor e alegria inerentes ao movimento juvenil insurgente. O capítulo não apenas oferece uma visão esclarecedora sobre as juventudes, mas também lança luz sobre a dinâmica social e educacional do Brasil contemporâneo.

"Experiências Grupais com Jovens, Promoção do Direito à Cidade, à Convivência e ao Fortalecimento de Vínculos Comunitários," de Cérise Alvarenga, oferece uma análise profunda das transformações nas políticas públicas de Assistência Social no Brasil ao longo das últimas três décadas. A autora destaca especialmente o período pós-2004, marcado pelo lançamento da Política Nacional de Assistência Social e a subsequente intensificação na implementação de programas e serviços no campo da Assistência Social. Este contexto, aliado a outras políticas setoriais, visa enfrentar desigualdades socioterritoriais, promovendo a garantia dos mínimos sociais e a universalização dos direitos sociais, com

foco nos cidadãos e grupos em situações de risco e vulnerabilidade social. Ao trazer à tona essas dinâmicas, Alvarenga destaca a importância da atuação de profissionais da Psicologia e do entendimento dos modos de funcionamento grupal. Ela argumenta que esses elementos desempenham um papel crucial na construção de práticas dialógicas no contexto da Proteção Social Básica na Assistência Social. O foco é especialmente direcionado à promoção do direito ao território, à convivência comunitária de adolescentes e jovens, destacando o papel vital do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nesse cenário. O capítulo não apenas mapeia o desenvolvimento das políticas sociais, mas também posiciona a Psicologia como uma ferramenta essencial para fortalecer os laços comunitários e garantir os direitos fundamentais no contexto brasileiro contemporâneo.

"Juventude e Escola: Impactos desde a Pandemia de COVID-19," da autora Dirce Zan, proporciona uma análise profunda sobre as transformações provocadas pela pandemia na vida social e pessoal de diversas gerações. Inspirada pela obra de Mannheim, a autora enfatiza a importância de observar como diferentes grupos sociais processam os eventos históricos de seu tempo. O foco central deste artigo é a juventude, explorando sua posição social, espaço e experiência no contexto histórico da pandemia, reconhecendo a diversidade dessa categoria sociológica. Dirigindo o olhar para os jovens estudantes da rede pública de ensino, Zan aborda o desafio enfrentado durante o isolamento social.

Utilizando o recente aumento na matrícula no Ensino Médio como ponto de partida, o artigo questiona possíveis mudanças em curso desde o início da pandemia. A jornada desses jovens durante a pandemia não foi fácil. Desde a transição para aulas remotas até enfrentar dificuldades financeiras, o adoecimento de entes queridos e o constante medo da morte, essas experiências geraram ansiedade, tristeza e depressão. Zan destaca que a pandemia de COVID-19 deu origem a outras "pandemias" internas, desafiando todos, especialmente aqueles que trabalham com a juventude. Apesar dos desafios, o artigo revela uma busca persistente por sentimentos positivos e esperança por parte desses jovens. Existe uma aspiração compartilhada de que possamos aprender com os eventos desse fenômeno global e buscar novos rumos para o mundo e a sociedade. Em última análise, Zan destaca a importância de aproveitar esses sentimentos como catalisadores para mudanças significativas.

"Maternidades na Série Sintonia," de Juliana Ribeiro de Vargas, Carin Klein, e Maria Elva de Jesus Matos, propõe uma reflexão crítica sobre as representações de maternidade vivenciadas por mulheres periféricas na série brasileira "Sintonia," transmitida pela Netflix desde 2019. O trabalho se concentra na análise de cenas da primeira temporada da série, que alcançou grande repercussão midiática e se tornou um sucesso entre os jovens, chegando agora à sua quarta temporada. Fundamentando-se nos campos teóricos dos

Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, as autoras buscam compreender como as mulheres mães são representadas na série e como experiências, lugares e significados são atribuídos a elas. O corpus de pesquisa foi construído a partir da série "Sintonia," visto que este artefato cultural proporciona visibilidade a relações que envolvem jovens/mulheres periféricas, abordando suas lutas, embates, dilemas, carências, desejos, resistências e conquistas. A análise revela que a noção tradicional de que todas as mulheres possuem um instinto materno inato e intrínseco é desconstruída pelas escolhas teóricas presentes no estudo. O conceito de mãe natural, que muitas vezes é culturalmente construído como um destino inevitável e desejado por todas as mulheres, é questionado. O trabalho desafia essa narrativa, destacando outras possibilidades e escolhas individuais que muitas vezes são minimizadas pela sociedade. Em última análise, "Maternidades na Série Sintonia" contribui para uma discussão mais ampla sobre as representações culturais da maternidade e seus impactos nas vidas das mulheres, especialmente aquelas das periferias urbanas.

"Adolescência e Corpo Adolescente: Construções Biomédicas," de Régia Cristina Oliveira, aborda a construção social da adolescência e do corpo adolescente sob a perspectiva da biomedicina. A autora destaca a biomedicina como um campo que exerce intervenção e estabelece discursos hegemônicos e oficiais sobre o corpo humano,

especialmente durante a adolescência e puberdade, consideradas momentos de explicitação e normalização das diferenças entre os sexos. A análise do texto revela a presença nos discursos biomédicos de argumentos fisicalistas e normatizadores em relação à adolescência e ao corpo adolescente, além de considerações morais sobre as diferenças entre os sexos. A construção social da adolescência pela biomedicina é fundamentada em vários aspectos inter-relacionados: uma noção de normalidade que define o que é esperado nessa fase; uma concepção de risco associada a esse período específico; a ênfase da centralidade do desenvolvimento do cérebro imaturo na compreensão do comportamento na adolescência; e a estabelecimento de relações entre gênero, corpo e sexualidade, incorporando noções de risco e experimentação durante a adolescência. O trabalho de Régia Cristina Oliveira oferece uma visão crítica sobre como a biomedicina molda a compreensão social da adolescência e do corpo adolescente, destacando as implicações das narrativas fisicalistas, normativas e morais presentes nos discursos biomédicos. Essa análise contribui para uma reflexão mais ampla sobre a influência dessas construções na percepção social dos adolescentes e no direcionamento das práticas de saúde nessa fase da vida.

Esta obra reflete a riqueza e a diversidade das pesquisas em torno das juventudes e suas temáticas emergentes, oferecendo uma ampla compreensão das experiências vividas

por essa parcela significativa da população. Os capítulos aqui apresentados não apenas desconstruíram estereótipos arraigados, mas também lançaram luz sobre as complexidades e desafios enfrentados pelos jovens em distintos contextos. Convidamos calorosamente as e os leitores a se envolverem nesta jornada intelectual, explorando as análises perspicazes, reflexões críticas e contribuições valiosas que esta coletânea proporciona. Que esta obra seja um ponto de partida para diálogos mais amplos e inclusivos sobre as juventudes contemporâneas, inspirando ações e transformações que reverberem positivamente em nossas comunidades e na sociedade em geral.

Boa leitura!

Com respeito e carinho,

Victor Hugo Nedel Oliveira

Organizador da obra

Coordenador do Curso de Extensão Temáticas Emergentes em Juventudes  
Professor e Pesquisador do Departamento de Geografia e do Programa  
de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS

Porto Alegre, verão de 2024.

# **PREFÁCIO**

Olívia Cristina Perez

Os estudos sobre e com as juventudes têm ganhado destaque nos últimos anos. Um dos motivos que explicam esse aumento de interesse foi o protagonismo das juventudes em grandes acontecimentos sociais e políticos recentes, a exemplo das Jornadas de Junho de 2013. O ano de 2013 marcou o ciclo de protestos em que milhares de jovens foram às ruas pedindo mais direitos sociais e criticando o sistema político vigente. Nos protestos posteriores à 2013, jovens à direita no espectro político e ideológico também protagonizaram grandes mudanças nos rumos do país. Outra possível explicação para o aumento de interesse nas juventudes tem relação com o fato de que elas estão mostrando o quanto clivagens sociais como gênero, raça, sexualidade e região importam na compreensão das desigualdades sociais. Os jovens têm mostrado inclusive que eles são sujeitos de direitos. Essas reivindicações levaram a alguns avanços institucionais, a exemplo do Estatuto da Juventude, promulgado no Brasil em 2013. Por fim, a pandemia de Covid-19 entre os anos de 2020 e meados de 2022 prejudicou ainda mais grupos com dificuldades de acesso a direitos, a exemplo das juventudes. É nesse contexto que o presente livro é escrito e seus capítulos refletem o



protagonismo e os problemas das juventudes contemporâneas.

O livro tem o êxito de situar as discussões sobre as juventudes nos campos mais conhecidos e de ampliar os olhares sobre elas. Apenas para citar alguns exemplos, os capítulos da obra abordam temas como culturas juvenis, sociologia das emoções, ocupações estudantis, transformações nas políticas públicas, impactos da pandemia, maternidades, desigualdades de gênero, construção social da adolescência e do corpo adolescente, etc. Percebe-se então a retomada de temas mais comuns no campo das juventudes, como a participação política, até reflexões mais atuais, como o impacto da pandemia na vida dos jovens.

Outro grande mérito da obra é estar em sintonia com as perspectivas mais recentes no campo dos estudos das juventudes, que destacam o quanto elas não podem ser compreendidas como blocos homogêneos definidos apenas por critérios etários. Os estudos sobre e com os jovens estão ensinando que as juventudes são diversas, daí nos referirmos às juventudes, no plural. Há também um certo esforço em destacar que as juventudes são construções históricas, sociais, políticas e culturais em perene transformação. Os capítulos da presente obra mostram exatamente a diversidade das juventudes bem como as construções sociais que ajudam a explicar as nuances das suas vivências.

Uma obra tão afinada com as perspectivas mais contemporâneas no campo de estudos e da militância das juventudes só poderia ser fruto de investigadores envolvidos no campo da educação e da extensão. Não por acaso a presente obra é fruto de um curso de extensão intitulado “Temáticas Emergentes em Juventudes”, ofertado no ano de 2023. E aqui aproveito para chamar a atenção para a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão – tríade básica da universidade públicas, reafirmada pela publicação deste livro.

O curso de extensão do qual derivou o presente livro é apenas de uma dentre as muitas atividades exercidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (GEPJUVE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O GEPJUVE, vinculado ao Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, foi fundado em 2018 e trabalha com as relações entre juventudes e educação, escola, espaço, território, lugar, ensino de Geografia e temáticas correlatas. Nele já atuaram mais de 10 bolsistas do Programa de Iniciação Científica PIBIC. Atualmente, o grupo conta com cinco estudantes da graduação e três do mestrado. Para acompanhar as atividades do grupo, recomendo o acesso a uma de suas redes sociais (<https://www.instagram.com/gepjuve.ufrgs/>).

O protagonismo do GEPJUVE no campo das juventudes deve-se em parte ao perfil ativo do seu coordenador, o professor Victor Hugo Nedel Oliveira, doutor em Educação

pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), professor adjunto e pesquisador do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Victor Nedel foi o coordenador do Curso de Extensão “Temáticas Emergentes em Juventudes” e é o organizador do presente livro. Dentre suas várias qualificações, destacam-se seu carisma e capacidade de reunião de colegas e ativistas da área das juventudes. Só poderia ser dele a organização de uma importante produção coletiva sintonizada com os debates atuais e que reúne intencionalmente apenas escritoras mulheres.

As autoras dos livros são mestres e doutoras em educação, ciências sociais, história e psicologia - todas professoras, tanto da graduação, quanto na pós-graduação. Esse perfil da formação e atuação das pesquisadoras confere um caráter crítico aos textos e adiciona aos conhecimentos já acumulados.

Em síntese, os capítulos da obra ensinam sobre as perspectivas atuais a respeito das juventudes e sua leitura tornará os pesquisadores e ativistas mais preparados para entender e atuar com grupos tão diversos. Boa leitura!

## **JUVENTUDE E ESCOLA: IMPACTOS DESDE A PANDEMIA DE COVID-19**

Dirce Zan

A pandemia de COVID-19 impactou a vida social e a história pessoal de todos nós. É um fenômeno que marcou gerações de crianças, jovens, adultos e velhos. No entanto, como nos lembra a obra de Mannheim (WELLER e BASSALO, 2020), faz-se necessário observar a forma como os diferentes grupos sociais processam os fatos históricos de seu tempo. Deste modo, o interesse deste artigo é colocar em debate o advento da pandemia a partir da posição social da juventude, ou seja, a partir do lugar que ela ocupa no espaço social e da sua experiência no tempo histórico (PEREGRINO e PRATA, 2023). Compreendemos que a juventude enquanto uma categoria sociológica não homogênea, demanda o refinamento do olhar do pesquisador em diálogo com as desiguais condições sociais que constituem nossa sociedade. Nesse estudo, ao redimensionar o foco, buscamos conhecer como jovens estudantes da rede pública de ensino foram impactados pelo fenômeno social do isolamento social. Tomamos como ponto de partida o recente aumento da matrícula no Ensino Médio para problematizarmos possíveis alterações que estão em processo desde a pandemia.

Dados da PNAD de 2004 a 2014 apontam para um crescimento significativo da presença de jovens na escola. Nessa década, houve um aumento de 81,8% para 84,3% na matrícula de jovens entre 15 a 17 anos. Segundo Spósito, Souza e Silva (2018), políticas econômicas do período que promoveram a ampliação da oferta formal de emprego, a valorização do salário mínimo e programas sociais, como Bolsa Família, foram fundamentais para a maior fixação dessa população na instituição escolar. Seis anos depois, o Censo Escolar de 2020 (BRASIL, 2021), ano do anúncio da pandemia<sup>1</sup>, aponta que 89,2% da população brasileira entre 15 e 17 anos de idade estava matriculada na escola. No entanto, tanto em um caso como em outro, esses estudantes não cursavam necessariamente o Ensino Médio.

No caso específico da última etapa da Educação Básica, os dados de 2020 apontam para uma matrícula majoritariamente pública estatal (84,1%), urbana e diurna (83,3%). A pouca oferta do Ensino Médio na zona rural se deu prioritariamente através da rede federal de ensino, responsável por 3% do total de matrículas no nível. Apesar dos avanços na inserção de jovens nas escolas médias, essa etapa da Educação Básica segue excluindo um grupo significativo de estudantes, em especial, meninos (58,3%) e negros (71%) (SENKEVICS, 2021). Os dados nos ajudam a compreender que embora vivêssemos um processo de expansão de acesso a escolarização, ele se dava de forma

---

<sup>1</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou formalmente situação de pandemia mundial no dia 11 de março de 2020 (CALIL, 2021).

desigual entre as juventudes brasileiras. Com a pandemia, há fortes indícios de que esse processo foi interrompido e, possivelmente, agravado diante da ausência de políticas públicas e ação do Estado.

O governo federal tentou minimizar a gravidade da situação da pandemia. De forma articulada com outros movimentos de direita pelo mundo, o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe buscaram desqualificar as medidas necessárias para contenção da contaminação e propagaram ilusões com medicamentos de eficiência não comprovada para o tratamento de COVID-19 (CALIL, 2021). Junto a isso, a ausência de planos para atuar nas áreas mais vulneráveis contribuiu para que a desigualdade social brasileira que é histórica se aprofundasse. No Brasil, como em outras partes do mundo, as mudanças trazidas pelo isolamento social impactaram de forma mais severa os trabalhadores informais, de baixa renda e que vivem em áreas onde os serviços públicos são precários (COSTA, 2020). Ao traçar uma retrospectiva histórica sobre a condição de trabalho de jovens brasileiros, é possível identificar que são eles, especialmente os mais pobres, que vivem e estão nessas condições, ou seja, são os trabalhadores com vínculos precários e que recebem as mais baixas remunerações (BRANCO, 2005). Esse contexto reforça a nossa preocupação investigativa no que se refere à necessidade de aprofundarmos estudos sobre os impactos da pandemia na juventude.

## **Metodologia**

No segundo semestre de 2021, quando as escolas retornavam às atividades presenciais, realizamos na FE/Unicamp um encontro com jovens estudantes de Ensino Médio para ouvirmos suas experiências durante os anos de isolamento social. Esse encontro provocou em mim e no grupo de orientandos a demanda por um projeto de pesquisa que tivesse como objetivo identificar até que ponto essa experiência social impactou a forma de viverem a juventude e, em especial, a relação que estabeleciam com a escola. O estudo teve como foco central, jovens que passaram por processo de transição educacional (SENKEVICS, 2021), ou seja, que concluíram um ciclo da educação e iniciaram outro ciclo estando em isolamento<sup>2</sup>.

Foram entrevistados 7 estudantes que tinham começado ou finalizado o Ensino Médio e 2 que iniciaram o Ensino Superior nessas condições. Todos moradores de regiões nas quais desenvolvemos nossos estudos e que abrangem os estados de São Paulo, Minas Gerais, Alagoas e Santa Catarina.

---

<sup>2</sup> Análises desse material estão disponíveis nos trabalhos de Porelli, Nadaletti, Zan e Novais (2023) e de Rodrigues (2023).

| <b>NOME</b>          | <b>ID.</b> | <b>ESTADO/<br/>TERRITÓRIO</b>       | <b>GÊN.</b>    | <b>COR</b> | <b>SIT. EDUC.</b>  |
|----------------------|------------|-------------------------------------|----------------|------------|--|
| AMANDA               | 16         | Belém/PA<br>(urbana)                | Mulher<br>Cis  | Branca     | Ingressou no<br>EM em 2020   |
| CARACOL <sup>3</sup> | 19         | Poços de<br>Caldas/MG<br>(urbana)   | Homem<br>Trans | Branco     | Ingressou no<br>EM em 2020   |
| ELISÂNGE<br>LA       | 19         | Santana do<br>Mundaú/AL<br>(rural)  | Mulher<br>Cis  | Branca     | Concluiu EM<br>2020 e<br>ingressou na<br>graduação<br>em 2021      |
| JADE                 | 20         | Sumaré/SP<br>(urbana)               | Mulher<br>Cis  | Parda      | Iniciou a<br>graduação<br>em 2020                                  |
| LARISSA              | 18         | Campinas/SP<br>(urbana)             | Mulher<br>Cis  | Negra      | Concluiu EM<br>e curso<br>técnico em<br>2020                       |
| MARINA               | 21         | Florianópolis/S<br>C (urbana)       | Mulher<br>Cis  | Branca     | Iniciou a<br>graduação<br>em 2020                                  |
| NATÁLIA              | 19         | União dos<br>Palmares/AL<br>(rural) | Mulher<br>Cis  | Negra      | Concluiu o<br>EM em 2020<br>e ingressou<br>na graduação<br>em 2021 |
| THIAGO               | 18         | Biritiba<br>Mirim/SP<br>(urbana)    | Homem<br>Cis   | Negro      | Ingressou EM<br>técnico em<br>2020                                 |
| VITÓRIA              | 19         | Biritiba<br>Mirim/SP<br>(urbana)    | Mulher<br>Cis  | Negra      | Concluiu EM<br>e curso<br>técnico em<br>2020                       |

As questões de pesquisa que nos orientaram foram:  
*Como foi a experiência desses jovens durante o isolamento social? Como significaram esse momento? Como foi iniciar ou finalizar um ciclo escolar de forma remota? Até que ponto esse formato de ensino pode ter interferido na motivação e interesse*

---

<sup>3</sup> Nome que o entrevistado se deu e que remete a uma música que ele gosta.



*dos estudantes? Como sua aprendizagem foi impactada? Até que ponto seus projetos de futuro foram resignificados?*

As entrevistas foram realizadas através da plataforma do *Google Meet*, gravadas e posteriormente transcritas. Contaram com o consentimento dos entrevistados e com a autorização dos responsáveis, no caso de menores de idade, seguindo o que está definido pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). As transcrições foram devolvidas aos entrevistados que consentiram em seu uso sem alterações no conteúdo do material.

### **O impacto da pandemia: família, trabalho e rede de proteção**

O anúncio da pandemia e da necessidade de isolamento social gerou surpresa e perplexidade nos jovens, mas também, de certo modo, euforia. Eles e elas contam que em um primeiro momento sentiram como que estivessem entrando em férias antecipadas. A possibilidade de passar mais tempo em casa, poder descansar, “dormir até tarde” e praticar atividades que com a correria do dia-a-dia são deixadas de lado - como praticar yoga ou atividades físicas variadas -, eram animadoras.

Com o passar dos meses e o agravamento da situação sanitária no país, a angústia cresceu e com ela o uso de drogas como bebidas alcoólicas ou maconha passou a ser mais frequente na vida de alguns deles. Junto à situação pandêmica houve o aumento da ansiedade diante das cobranças escolares que se intensificaram nesse período:

*Depois que percebi que não seriam somente 15 dias em casa começou a frustração, ansiedade e esse sentimento de que eu não estava conseguindo levar tudo (Thiago, 18 anos). Foi batendo um aperto no peito, no coração por não saber quando iria voltar (Vitória, 18 anos).*

O grupo relata ter cumprido com as regras de isolamento conforme orientação das autoridades sanitárias. Sendo assim, deixaram de realizar atividades costumeiras e que apreciavam, o que prejudicou ainda mais a sua saúde emocional: *Acabei não indo em festa, não indo visitar as pessoas e que acho que isso foi muito doloroso, em muitos sentidos, porque você passa muito tempo sozinho, e aí isso é difícil de lidar, tendo ansiedade, crise de pânico, parece que isso não ia acabar nunca e aí num determinado momento algumas pessoas próximas morrem, né? Então acho que isso acabou sendo um peso bem grande (Jade, 20 anos).* Por algum tempo tentaram manter contato com os amigos através de encontros virtuais, realizando festas *online* ou jogando na rede com colegas. Mas isso foi cansando porque essas atividades não eram capazes de substituir o prazer de estarem juntos presencialmente.

Esses relatos nos levam a compreender que a vida através da tela, embora se queira fazer acreditar ser algo “natural” ou almejado por essa geração, não é suficiente para eles. A ideia de uma juventude que “vive plugada” e que “dispensa” o contato físico e pessoal, não é confirmada pelos nossos entrevistados. Nenhum deles disse ter sido suficiente esse modo de interação e relação.

Os jovens contam que a crise sanitária vivida nesse período, agravou as condições econômicas de suas famílias. Contam de irmãos mais velhos que haviam saído de casa e tinham certa independência financeira e que precisaram retornar para morar com os pais. No caso de Caracol (19 anos) a situação se agravou ainda mais a partir do falecimento de sua mãe, ocorrido durante o período de isolamento social. Desde então, ele precisou morar com seus avós maternos com os quais tinha uma boa relação. No entanto, a convivência cotidiana tem modificado essa situação e gerado tensões entre eles. Seu grande projeto no momento da entrevista era o de conseguir independência financeira para poder sair da casa dos avós. No entanto, isso se mostra distante de se concretizar uma vez que desde quando começou a trabalhar – por volta dos 15 anos - teve vínculos precários com períodos frequentes de emprego e desemprego. Atualmente é auxiliar em uma loja no comércio de sua cidade.

Com a retomada das atividades presenciais, alguns dos entrevistados passaram a procurar por atividade remunerada que ajudasse no sustento familiar. Alguns deles estavam trabalhando de forma precária e informal, principalmente como estagiários ou atendentes comerciais. Esse dado corrobora com a tendência nacional constatada pelo levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE, 2021) que identificou que 76% da população entre 15 e 18 anos que não trabalhava antes da pandemia, estava procurando emprego no momento da pesquisa. A

precariedade cada vez mais se torna a regra para o trabalho dos jovens.

Na sua maioria os relatos estão centrados nas condições pessoais e familiares. É Amanda (16 anos), filha de militantes de movimento social, que apresenta a preocupação com a condição do país. *Me impactou muito a situação do Brasil, eu fiquei muito pensativa com tudo que tava acontecendo, imagina, milhares de pessoas morrendo todo dia, por culpa de um governo, que querendo ou não, depois o resto dos dias, dos primeiros meses que já tinha vacina, as mortes foi culpa do governo, que não comprou vacina. Isso me indignou bastante.* A ida para o sítio do avô no interior do Ceará e compartilhar esse período de isolamento com sua família ampliada – com tios e primos – criou a oportunidade de viver o isolamento de forma mais amena. Se por um lado estar na zona rural proporcionou melhor acolhimento afetivo durante o período, trouxe também maiores dificuldades para o acesso às atividades escolares no formato remoto. No entanto, segundo ela, a família não mediu esforços para dar as condições necessárias para ela e seus primos se manterem estudando.

Do mesmo modo, a família de Elisângela (19 anos) - a caçula de doze irmãos e moradora da zona rural no estado de Alagoas - precisou investir recursos financeiros e esforços para proporcionar as condições necessárias para que seguisse estudando: *Na minha casa, como eu moro num sítio, né? Lá é interior, não tem área, não tem rede telefônica e internet também não tinha, então aí foi uma loucura, teve que haver uma procura... procurar alguma internet que chegasse*

*aqui, até que conseguiu. Mas até então eu já tinha perdido alguma coisa né?* Para tanto, além de seus pais, contou com o apoio dos irmãos mais velhos que já trabalhavam. No momento da entrevista, Elisângela (19 anos) era aluna do curso de licenciatura em Letras na Universidade do Estado de Alagoas (Uneal), a segunda pessoa de sua família a chegar no ensino superior<sup>4</sup>.

Nos diferentes relatos a família aparece como suporte fundamental. Além disso, em alguns casos, como no de Natália (19 anos), foi com a pandemia que a convivência familiar se estreitou. Estudante de curso integral, ela diz que só via a família aos finais de semana. O tempo de isolamento permitiu uma convivência mais próxima. Os relatos apontam para relações familiares positivas e que foram fundamentais para suportar esse período marcado por perdas: de pessoas queridas, de renda, de oportunidades de estudo, do contato com os colegas e amigos, perda de tempo de vida, perda de parte da juventude.

### **A experiência do ensino remoto na pandemia**

Diante da necessidade do isolamento social e da suspensão das atividades presenciais nas escolas pelo mundo, o ensino remoto foi apresentado como alternativa por organismos internacionais (SILVA, PEREIRA e SARINHO, 2023). No caso brasileiro, dados apontavam a falta de cobertura de internet pelo país e, deste modo, a pouca

---

<sup>4</sup> A outra pessoa era sua irmã, mais velha do que ela e já casada, que cursava a licenciatura em física.

viabilidade em atingir todos os estudantes. Segundo Silva, Pereira e Sarinho (2023), documento do Comitê Gestor da Internet do Brasil de 2019, já apontava que a cobertura da rede no país, o acesso a telefonia e internet era escasso na zona rural. De certo modo, isso é comprovado pelos depoimentos das duas estudantes, Amanda (16 anos) e Elisângela (19 anos), relatados anteriormente

A implementação da educação não presencial pelas redes foi uma das primeiras medidas de governos estaduais e federal, o que ampliou a investida de conglomerados e empresas para a compra de tecnologia e equipamentos. A ação se deu desconsiderando o acúmulo de estudos e debates sobre seus usos na educação. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (BARBERIA, CANTARELLI e SCHMALZ, 2020), que teve como objetivo investigar os programas adotados por governos estaduais e das capitais no contexto da pandemia e do isolamento social, é possível afirmar que houve atraso na tomada de decisão sobre como proceder em relação ao acesso escolar. Além disso, a pesquisa aponta que os programas foram desenhados desconsiderando a garantia de acesso à tecnologia mínima, que permitissem aprendizagem e supervisão dos estudantes. Para os autores, poucos programas buscaram mitigar ou reduzir o impacto da pandemia e do fechamento de escolas sobre as populações mais vulneráveis. Os resultados apresentados evidenciam que a qualidade dos planos adotados está correlacionada com as condições econômicas e educacionais anteriores.

O estudo revela que a internet foi o meio mais utilizado para a postagem de conteúdo educacional, para a transmissão de aulas online ou postagem de vídeo-aulas que poderiam ser acessadas em outro momento. Muitos governos se valeram das redes sociais para essa divulgação. Chama a atenção dos autores do estudo que a televisão aberta, que é acessada por 95% da população brasileira, não foi o meio privilegiado pelos governos para chegar aos estudantes nas diferentes partes do país. Do mesmo modo o rádio, veículo com grande abrangência nacional, foi utilizado apenas pelos estados do Acre, Maranhão, Paraíba e Tocantins. Desconsiderou-se que apenas 71% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet, bem como, o seu acesso desigual em relação às regiões: menor no nordeste (65%) e maior no sudeste (75%). (BARBERIA, CANTARELLI e SCHMALZ, 2020).

Segundo Barberia, Cantarelli e Schmalz (2020), mesmo que a quase totalidade dos estados tenha decidido pela transmissão via internet, apenas cerca de 15% deles distribuiu dispositivos e menos de 10% subsidiaram o acesso à internet. Os estados que distribuíram dispositivos, fizeram isso por meio de doações da população e em número muito inferior à necessidade dos estudantes sem acesso. É possível identificar que os estados priorizaram a distribuição de apostilas para estudar em casa, no entanto, isso se deu para apenas 50% dos estados. A pesquisa também aponta para a existência de desigualdades entre estudantes moradores dos mesmos municípios ou cidades, mas matriculados em redes diferentes. Alunos das redes municipais foram atendidos por

planos inferiores, em relação aos planos estaduais e sofreram de maneira desproporcional as consequências do fechamento das escolas. Para os autores, a tendência é de que secretarias de municípios menores tenham desenvolvido planos ainda inferiores quando comparados aos das capitais. Como constatado no estudo, os planos de EAD foram relativamente mal estruturados, principalmente no que se refere aos estados oferecerem meios de acesso às aulas remotas. Talvez isso se devesse a expectativa dos governantes de poucos dias de isolamento, no entanto, mesmo com o número de vítimas permanecendo relativamente alto, os governos demoraram a decretar políticas para ampliar o acesso à internet. Muitos estudantes foram deixados à deriva para acompanhar o material disponibilizado.

Os entrevistados em nossa pesquisa entendem que não tinha outra possibilidade de manter o vínculo com o estudo que não fosse pela internet. No entanto, embora usuários de tecnologias, destacam as dificuldades vividas para se adaptarem a esse novo formato. Enfatizam mais as deficiências desse modelo do que suas vantagens.

Além das dificuldades de acesso ao sinal de internet, realidade presente principalmente entre as duas entrevistadas que moravam em zona rural, falam das oscilações do sinal e da limitação do suporte utilizado: majoritariamente o aparelho celular. Caracol (19 anos) disse que não se adaptou para fazer as tarefas pelo celular e que sua escola então, passou a imprimir as atividades para ele. Esse depoimento reforça a observação de que as equipes



escolares também se desdobraram na tentativa de manter os estudantes vinculados com a escola.

Para Larissa (18 anos), o modo remoto de ensino tornou ainda mais intensa a atividade escolar. Os professores passaram a demandar mais atividades e impor um ritmo de trabalho muito mais acelerado do que no modo presencial. Nem sempre as explicações dos professores ocupavam todo o tempo da aula, o que resultava em mais trabalhos para realizarem sozinhos. Além disso, para ela como para as outras garotas do grupo entrevistado, houve o acúmulo das atividades da escola com as demandas do trabalho doméstico.

Vitória (19 anos), morava apenas com sua mãe até que, com a pandemia, seu irmão de 15 anos passou a morar com elas. Segundo seu relato, ela já era a grande responsável pelas tarefas domésticas, mas com a pandemia essas atividades se intensificaram, demandando mais de seu tempo, principalmente para cozinhar para toda a família. Natália (19 anos), estudante de escola em período integral, conta que era mais liberada das atividades domésticas antes da pandemia, o que mudou com o isolamento social. Do mesmo modo Jade (20 anos), passou a executar mais tarefas domésticas do que antes da pandemia. Inclusive, foi nesse processo que se deu conta do trabalho que sobre caía em sua mãe: *na pandemia minha mãe trabalhava muito, eu comecei a ter essa percepção. Não que eu achava que ela não trabalhava, mas eu consegui ver, né, realmente o que ela fazia.* A família de Marina (21 anos) ficava pouco em casa antes da

pandemia. Com o isolamento social, a casa passou a ser ocupada o tempo todo: *A gente estava em casa o tempo todo também, então eu acho que demandava mais atenção, a casa acabava ficando mais bagunçada, porque tinha muito mais gente o tempo todo né. A gente dividia as tarefas, mais eu e a minha mãe, eu tentava ajudar no que eu podia. Eu tinha aula, quando começaram as aulas online eu tinha aula de manhã. Então ela fazia o almoço, eu lavava a louça, ajudava arrumar a casa, mas eu acho que pesou um pouco mais pra ela as tarefas.* Dentre os meninos essa é uma questão que só apareceu no relato de Thiago (18 anos). Ele, que se declarou gay, foi o único que destacou sua participação nas atividades do cuidado com a casa. Ele e a irmã passaram a dividir a tarefa de limpar a casa, enquanto seus pais cuidavam das refeições da família.

Para os que estavam no final do Ensino Médio, como o Thiago (18 anos), ter se dado conta de que terminariam o 3º ano no modo remoto, trouxe maior ansiedade em relação ao vestibular. Foi nesse momento que começaram a fazer uso de estratégias mais coletivas: *Eu lembro que fazia os exercícios e nós alunos compartilhávamos as respostas porque não estava dando para fazer tudo e foi quando eu comecei a me preocupar com a questão do vestibular* (Thiago, 18 anos). Junto ao anseio pelo vestibular veio também a enorme frustração pela ausência de rituais de despedida dos colegas e amigos: *Ah, 3º ano do ensino médio, todo mundo lá, emocionado porque era o último ano, “ah, esse ano a gente vai viver tudo, esse vai ser, tudo aquilo que a gente não fez nos outros anos anteriores a*

*gente vai fazer esse ano”, aquela questão, tudo aquilo que a gente quer fazer a gente vai adiando, próximo ano a gente vai fazer, ai quando chegou essa questão da pandemia ninguém esperava que ia passar tanto tempo (Natália, 19 anos). São momentos que ficaram em suspenso, como se um ciclo não tivesse se fechado.*

Estudantes que eram considerados bons alunos, dizem da queda de seu interesse e de seu envolvimento com as atividades escolares, *em razão de tudo que estavam vivendo (Thiago, 18 anos), mas, em especial a partir do ensino remoto: Se for comparar o ensino online com o ensino presencial, meu aproveitamento no ensino presencial foi melhor por diversos fatores como dificuldades, dúvidas e afins. Então, neste quesito, acredito que a estrutura do ensino presencial consegue abraçar melhor cada aluno (Vitória, 19 anos). Do mesmo modo, Natália (19 anos) considera que se não tivesse tido a pandemia o seu aproveitamento no Ensino Médio teria sido melhor, para ela o ensino remoto compromete a interação que é fundamental para o aprendizado. Caracol (19 anos) disse que se desmobilizou totalmente com o ensino remoto: Porque eu não aproveito, eu não dou meu melhor. Sabe? O meu lugar pra estudar não é em casa, sabe? Não é em uma mesa de cozinha. É em uma sala de aula, de cara com o professor, cara a cara, sabe? Eu olhando na cara dele, ele olhando na minha cara. Sabe? E nem se for, tipo, chamada, pra ver a cara do professor... Não! Sabe. Quero físico, mesmo. Tem gente que dá certo. Tem gente que até prefere. Eu não.*

O mesmo aconteceu com Jade (20 anos), que chegou a pensar em trancar o curso de graduação em razão do ensino remoto. Ela conta que terminou o Ensino Médio em 2019, mas não foi aprovada no vestibular para o ano seguinte. Ficou durante todo o ano de 2020, primeiro de isolamento social, se preparando para novamente prestar o exame. Conta que a madrinha deu de presente um dinheiro com o qual ela pagou um cursinho online de preparação para o vestibular. Mesclava as atividades do cursinho com outras como yoga, na tentativa de relaxar e *manter a sanidade mental*. Foi então que, ao final de 2020, foi aprovada em jornalismo em uma conceituada universidade pública de Minas Gerais. Mas demorou a iniciar o curso porque a universidade estava com o calendário alterado em razão da pandemia: *Então eu passei na faculdade para começar em 2021, mas ao mesmo tempo em que eu passei eu não podia vir para faculdade. O calendário UFOP estava todo atrasado, até hoje está por conta da pandemia, e isso acabou me deixando ... me dando muita ansiedade e a sensação de que eu iria poder viver a realidade do que eu queria, né?.. eu entrei, comecei a estudar mesmo em setembro, na verdade aqui a gente tá fazendo três períodos em um ano, 3 semestres em um ano. Quase não tem férias.*

Marina (21 anos), outra entrevistada que iniciou o curso de graduação no período de isolamento social, fala com certa tristeza desse tempo. Ela diz que passou dois anos no ensino remoto, o que representa a metade do tempo de conclusão do seu curso. *Então eu tive que me adaptar, primeiro a essa transição escola e universidade e segundo a universidade e a*

*pandemia, ao ensino a distância. Então foi bem diferente assim. Eu sou uma pessoa que me distraio muito facilmente, então foi difícil ter aulas a distância, porque eu tinha tudo ao meu dispor o tempo todo. Aí o contato com os professores, faltou muito. Tem professores que eu tive aula no EaD, e às vezes eu vejo na universidade e eu demoro um tempinho pra reconhecer e pensar... Nossa, eu tive aula com ele já! Ela havia se mudado para Florianópolis (SC) em razão da faculdade, alugou apartamento e estava se estruturando na cidade quando teve início a pandemia e precisou retornou para a casa dos pais no interior do Rio Grande do Sul.*

### **Aprendizados com a pandemia**

O maior aprendizado foi a valorização das pessoas. Para esse grupo o maior aprendizado foi valorizar o tempo presente, os encontros, o contato físico e a oportunidade de compartilhar afeto com pessoas queridas: *a gente tem que tentar tirar alguma lição disso... a gente passou tempo demais no online, esse tempo durante a pandemia, eu acho que a gente passa a ver mais, melhor, as pessoas que estão ao nosso redor...* (Elisângela, 19 anos). Do mesmo modo, a compreensão da necessidade de auto-cuidar-se. Foi no momento de isolamento em que o medo da morte era constante que Jade (20 anos) buscou apoio psicológico. Para ela, *num determinado momento eu comecei a pensar muito sobre morte. E aí o autocuidado foi muito mais importante, porque aí eu realmente precisava da terapia, precisava fazer isso, precisava dessas coisas todas. Então para mim é manter*

*essas coisas e acho que pós-pandemia também me ensinou sobre equilíbrio.*

Marina (21 anos), estudante de psicologia, também se mostra preocupada com o sofrimento psíquico de todos. Destaca os dados que apontam para o crescimento de casos de ansiedade e depressão: *Então eu acho que vai ser um período de a gente aprender a lidar com esses sentimentos que vieram durante a pandemia, ou então que pioraram, por exemplo, pessoas que já tinham depressão e pioraram né. E mesmo que não for uma patologia em si, a pessoa pode não ter ansiedade e ter mais sintomas ansiosos. Então acho que é tempo da gente adaptar um pouco.*

Entendem que as atividades remotas na escola e no trabalho serão incorporadas como rotina mesmo após a pandemia. Jade (20 anos) relata que os estágios que está realizando na faculdade, são todos no modo remoto. Para ela, uma das empresas em que atua só existe por não ter um espaço físico. São cinco pessoas, contando com ela, que trabalham na empresa de comunicação: *eles não têm dinheiro e nem estrutura para bancar um lugar mesmo, fixo, para ter de trabalho. Tanto que a equipe é super pequena e tem a intenção de se manter pequena.*

Para Thiago (18 anos), o tempo de isolamento e o medo constantemente presente de morrer ou perder alguém querido, levou as pessoas a se encontrarem consigo mesmas: *Eu acho que muita gente se descobriu outra coisa na pandemia e acho isso positivo porque isso ajuda demais se a gente reconhece nossas vontades, nossos desejos, a gente consegue*

*construir uma sociedade um pouco melhor... É nesse sentido também que Vitória (19 anos) está apostando: acredito eu que a pandemia tenha ocasionado diversas mudanças em alguns indivíduos, então quem sabe a pandemia tenha deixado as pessoas mais amorosas tenha tornado as pessoas em pessoas que valorizem mais seus pais, filhos, família.*

### **Considerações finais**

Nas diferentes entrevistas é possível identificar que a sociabilidade juvenil, algo tão valioso nessa etapa da vida, foi fortemente atingida pela pandemia. Embora os encontros aconteçam em diferentes espaços, nos relatos desses jovens fica evidente que a escola segue sendo um espaço privilegiado para as interações sociais, principalmente as que se valem de aproximações físicas, afetivas e corporais.

A desigualdade de acesso às atividades do ensino remoto é fruto das desigualdades econômicas, de gênero, raça e de território. No caso das duas entrevistadas moradoras da zona rural, elas reiteram o que outras pesquisas têm demonstrado sobre a dificuldade e/ou escassez de acesso à internet nessas localidades. Muitas vezes obrigando estudantes a se deslocarem na busca pelo sinal, mesmo em tempos de isolamento social, o que colocava essa população em risco maior ainda de contaminação (SILVA, PEREIRA e SARINHO, 2023). Para além da distinção entre zona rural e urbana, faz-se também necessário destacar o impacto da pandemia entre estudantes matriculados nas redes municipal e estadual.

Nesse sentido, é possível afirmar que a pandemia aprofundou as desigualdades, que a população mais vulnerável foi a mais impactada nesse período o que indica a necessidade de políticas públicas voltadas para esses sujeitos, na tentativa de estreitar a distância que se aprofundou. São necessárias políticas públicas para os mais vulneráveis.

Enfrentar todos os acontecimentos durante a pandemia não foi fácil para essas e esses jovens estudantes. Lidar com aulas remotas, as dificuldades financeiras, o adoecimento de pessoas queridas e o medo constante da morte, gerou muita ansiedade, tristeza e depressão. De certo modo, é possível afirmar que a pandemia gerou outras pandemias dentro de si que desafia a todos nós, em especial, àqueles que trabalham com a juventude. Ao mesmo tempo, é possível identificar que esses jovens buscam se apegar a sentimentos positivos e à esperança de que tenhamos aprendido com o fenômeno e possamos buscar novos rumos para o mundo e a sociedade. Que possamos nos aproveitar desses sentimentos!

### **BIBLIOGRAFIA:**

BARBERIA, Lorena; CANTARELLI, Luiz e SCHMALZ, Pedro Henrique. **Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19**. FGV, 2020. Disponível em: <https://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/remote-learning-in-the-covid-19-pandemic-v-1-0-portuguese-diagramado-1.pdf> (Acessado em 09/08/2023)



BRANCO, Pedro Paulo. Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas, in ABRAMO, Helena e BRANCO, Pedro Paulo (orgs.) **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. SP: Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2021.

CALIL, Gilberto. A Negação da Pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista, in **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 140, jan/abr 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CONJUVE). Juventudes, Pandemia e o Coronavírus. **Relatório de Pesquisa**, maio/2021. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1ifqTQcTlhVDwsVFX4asww4Ulw\\_czct1g](https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1ifqTQcTlhVDwsVFX4asww4Ulw_czct1g).

COSTA, Simone. Pandemia e Desemprego no Brasil, in **Revista de Administração Pública**, 54(4), jul/ago 2020.

PEREGRINO, Mônica e PRATA, Juliana. Juventude como mirante dos fenômenos sociais e a reforma do Ensino Médio – o que se vê quando se olha de um outro lugar?, in **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023.

PORELLI, Ana Beatriz; NADALETTI, Cristiane; ZAN, Dirce e NOVAIS, Juliana. Juventudes e Processos de Transição Educacional Durante a Pandemia, in **Anais Eletrônicos do 21º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belém (PA), 2023. Disponível em: <https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/anais/trabalhos/anais01>

RODRIGUES, Jéssica. Juventude e Pandemia: diálogos e reflexões de campo, in **Anais Eletrônicos do 21º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belém (PA), 2023. Disponível em: <https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/anais/trabalhos/anais01>

SENKEVICS, Adriano. **O Acesso ao Inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020**. Tese de Doutorado. FE/USP, 2021.

SILVA, Tarcísio; PEREIRA, Lucas e SARINHO, Bárbara. Situação Juvenil no Contexto da Educação em Tempos de Pandemia, in **Revista Brasileira de Política e Administração Educacional**, v. 39, n. 1, 2023.

SPÓSITO, Marília; SOUZA, Raquel e SILVA, Fernanda. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos, in **Educação em Pesquisa**, v. 44, 2018.

ZAN – Juventude e Escola: impactos desde a pandemia de Covid-19  
Temáticas emergentes em Juventudes – OLIVEIRA (org.).

WELLER, Wivian e BASSALO, Lucélia. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim, in **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, 2020.

## **MATERNIDADES NA SÉRIE SINTONIA**

Juliana Ribeiro de Vargas

Carin Klein

Maria Elva de Jesus Matos

Pretendemos, com este trabalho, <sup>1</sup> problematizar representações de maternidades vivenciadas por mulheres periféricas visibilizadas pela série brasileira *Sintonia*, apresentada pela plataforma *Netflix* desde 2019.<sup>2</sup> De modo mais específico, analisamos cenas da primeira temporada da série que alcançou grande repercussão na mídia. Sucesso entre os jovens, *Sintonia* já está em sua quarta temporada e, além da plataforma *Netflix*, é possível acompanhar discussões sobre os episódios em redes sociais como o *Instagram*.<sup>3</sup>

Embasadas pelos campos teóricos dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, buscamos compreender

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é um recorte da dissertação intitulada: Representações das feminilidades na série *Sintonia*, defendida no PPGEDU/ULBRA. (Matos, 2022)

<sup>2</sup> A série é produzida por Kondzilla, produtor de clipes de funk e dono de um dos maiores canais do Youtube brasileiro. Ela retrata a história de três amigos da favela, onde cada um segue um rumo diferente (música, igreja e crime), mas sempre se encontram. Maiores informações em: <https://www.netflix.com/br/title/80217315> Acesso em 20 out. 2023.

<sup>3</sup> Perfil da Série: <https://www.instagram.com/sintonia/?hl=pt>. Acesso em 20 out. 2023. Vale ainda destacar o Perfil Família Sintonia: <https://www.instagram.com/familiasintonia/?hl=pt>, que também apresenta entrevistas e comentários sobre a série. Acesso em 20 out. 2023.

de que modo mulheres mães são representadas na série e que experiências, lugares e sentidos são relacionados a elas. Seguindo essa direção, produzimos o *corpus* de pesquisa a partir da série *Sintonia* por entendermos que esse artefato cultural dá visibilidade a algumas relações que envolvem as jovens/mulheres periféricas com suas lutas, embates, dilemas, carências, desejos, resistências e conquistas.

Compreendemos, também, que problematizar representações das periferias urbanas visibilizadas no contexto midiático, pode significar uma melhor compreensão das condições que organizam as vidas das pessoas que habitam tais espaços. Tal dimensão ganha especial relevância ao analisarmos os dados prévios do último Censo Demográfico, os quais demonstram um aumento de 40% da população residentes em favelas nos últimos doze anos (2010-2022).

Entendemos os Estudos Culturais como espaço para a problematização de relações dicotômicas, fundamentadas pelas tradições elitistas, tais como alta cultura x cultura de massa; cultura burguesa x cultura operária e entre cultura erudita x cultura popular (Costa, Silveira, Sommer, 2003). A partir dessa premissa e ainda, aproximando-nos das produções de Stuart Hall, pensamos a Série Sintonia como uma produção cultural, uma vez que “[...] todas as práticas sociais, na medida em que sejam relevantes para o significado ou requeiram significado para funcionarem, têm uma dimensão cultural” (Hall, 1997, p. 32).

Ao relacionar o conceito de cultura à maternidade na juventude e nos espaços de periferia urbana, é importante considerar e problematizar que um conjunto de práticas sociais, aqui veiculadas pela série em questão, referentes a essa etapa acaba por interpelar e constituir às jovens, produzindo significados utilizados pelas mesmas para se constituírem como mães, diante da sociedade. Nesse sentido, podemos dizer que as mídias devem ser estudadas como locais da cultura, pelas quais são veiculadas representações de gênero e pelo qual as estratégias de controle e de poder se realizam.

Já os Estudos de Gênero permitem-nos compreender o conceito de gênero como: “[...] uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (Scott, 1995, p. 72). Logo, a partir dessa premissa podemos afirmar que gênero não se limita à diferença sexual entre homens e mulheres, mas sim a como o indivíduo é representado culturalmente em razão das diferenças (Louro, 2014). A partir dessa premissa, compreendemos o gênero como ferramenta analítica, que nos ajuda a pensar/problematizar as maternidades veiculadas pela série e em como esses sentidos podem reverberar na constituição das juventudes contemporâneas.

Ao abordar o conceito de gênero, torna-se importante falar sobre feminilidade e, por conseguinte, questionar sobre como se constituíram e se fixaram os discursos sobre a condição feminina e o ideal de feminilidade. Ao final do século

XIX e início do século XX, com o surgimento da psicanálise, foi que se instigou um olhar mais atento sobre a condição da mulher na sociedade ocidental. A cultura europeia desta época produzia discursos que visavam promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado feminilidade. As virtudes próprias da feminilidade baseavam-se no recato, na docilidade, na afetividade mais desenvolvida, na receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, mais tarde, dos filhos (Vargas, 2008).

Também de acordo com a perspectiva dos Estudos Culturais, o conceito de juventude remete à ideia de categoria plural, fato que a afasta de um modo único de vivê-la, a fim de que possamos descrevê-la e contextualizá-la. Estudos como os de Carles Feixa (2004), Juarez Dayrell (2007), entre outros tantos, distanciam-se das classificações etárias e de descrições biológicas na contextualização da categoria juventude. Contudo, na atualidade, certas características tais como beleza, espontaneidade, vitalidade e versatilidade acabam por ser “naturalmente” associadas à condição juvenil e, são exaltadas por diversos discursos circulantes em nossa sociedade, a exemplo do discurso midiático e do discurso médico. Assim, algumas ações e procedimentos são naturalizados pelos mesmos como artifícios acessíveis para que os sujeitos vivam o ideário de juventude, uma vez que esta etapa da vida acaba por ser supervalorizada e percebida como um ideal a ser alcançado por todos (Soares, 2005).

Em consonância com os campos de estudos citados, entendemos que o estudo e a análise sobre maternidades representadas na série podem contribuir para compreendermos alguns atravessamentos de gênero e de pertencimento social, enquanto marcadores identitários envolvidos em relações de poder e que incidem sobre as vivências e lugares ocupados pelas jovens/mulheres representadas nas mídias.

Em relação à série Sintonia destacamos que, em todas as temporadas, os principais personagens são vivenciados pelos atores Christian Malheiros, como Nando; Pedro Carvalho, como Doni; e Bruna Mascarenhas, como Rita. A série foi filmada na comunidade de Jaguaré, em São Paulo, e conta a história desses três personagens, atravessados pelo fascínio do funk, pelo comando do tráfico de drogas e pela forte presença da igreja evangélica neopentecostal. Para esse estudo, conforme já afirmado, produzimos cenas vinculadas aos episódios da primeira temporada da série, por percebermos o seu potencial em movimentar e produzir ensinamentos de feminilização e de maternidade, vinculados às mulheres de diferentes gerações. Contudo, precisamos destacar que o olhar sobre a mulher, como um ser dotado de “instinto materno” e que deve colocar os interesses da família, na frente dos seus próprios desejos, ainda prevalece e é ensinado em grande parte das sociedades (Klein, 2018). Isso não é diferente na cultura brasileira, marcada por um modelo



familiar firmado sob uma série de padrões e normas culturais acerca do feminino e da maternidade.

Nossa filiação às perspectivas teóricas já citadas ocorre devido a possibilidade de tensionarmos e problematizarmos as naturalizações ligadas às formas de viver a maternidade em nossa cultura. De acordo com Meyer (2013), o conceito de gênero pode ser utilizado como uma ferramenta analítica e política, permitindo-nos questionar e desconstruir as certezas que circulam em variadas instituições educativas em relação aos corpos, às identidades de gênero e às formas de organização social. Partimos da compreensão de que os corpos femininos e masculinos se afastam de vertentes que os analisam como algo dado e/ou inato, resultado de uma ordem biológica.

As feminilidades, nesse sentido, são pautadas pela pluralidade, hierarquias e nas normas de gênero vigentes, que podem ser compreendidas ao se considerarem as tensões, resistências e cooperações, não só entre as variadas manifestações de masculinidades, mas também entre essas e as feminilidades, além das feminilidades entre si (Vargas e Rodrigues, 2022). As discussões acerca da maternidade podem ser exploradas tanto do ponto de vista da desnaturalização do sujeito mulher, quanto da própria radicalização da crítica pós-estruturalista ao sujeito estável, unívoco e centrado. Portanto, pensar a maternidade envolve compreender modos de ser, impostos (ou diversos) para o feminino e/ou masculino, bem como compreender as

experiências que indicam maneiras de se identificar como mulher, homem, mãe, pai, ou até, não binários. A maternidade será tomada por nós como uma marca de gênero, inscrita e naturalizada, a partir das experiências vividas nos corpos. Busca-se no âmbito da cultura naturalizar às mulheres funções e sentimentos ligados ao cuidado, à defesa dos/as filhos/as, à criação, à saúde, etc., e quem não cumpre essas funções, não persegue esse caminho produzido como natural, torna-se uma mulher “desnaturada”, pois vive fora do que é esperado às mulheres (Klein, 2012).

Como orientação metodológica, seguimos o caminho da análise cultural, aliado às análises de gênero, pois tratam justamente de localizar os processos de significação e de naturalização, envolvidos nessa produção, em documentos, leis, instituições, políticas públicas e em séries como *Sintonia*. Problematizar esses processos significa analisar como os artefatos veiculam ensinamentos e linguagens que atuam na produção de determinadas verdades do nosso tempo, mas também de diferenças que incidem em desigualdades.

Ao analisarmos representações de maternidades das jovens/mulheres periféricas, produzidas e veiculadas na primeira temporada da série *Sintonia*, busca-se compreender e problematizar como são posicionadas na trama, quais espaços ocupam, quais lutas reivindicam e como tratam de construir arranjos para driblar as dificuldades que parecem inerentes a elas. Realizadas essas considerações, passamos

agora para as cenas previamente selecionadas para realização das discussões.

### **Cena I: Jussara “não criou sua filha para ser lixo”!**

Nesta cena, destacamos as ações de três personagens: Rita (jovem que sobrevive vendendo produtos no comércio ilegal); Cacau (jovem, melhor amiga de Rita, que acaba detida em uma operação policial contra a venda de produtos) e Jussara (mãe de Cacau e vizinha de Rita). Após a prisão de Cacau, Rita é submetida à agressão física e verbal por parte de Jussara, mãe de Cacau. A reação é caracterizada como uma manifestação de revolta decorrente do encarceramento de sua filha.

Figura 01 – Jussara agride violentamente Rita



Fonte: Sintonia (2019, episódio 1).

A fala de Jussara, ao dizer “que não criou sua filha para ser lixo igual a Rita”, pode ser interpretada como uma expressão de desejo de que sua filha tenha um futuro diferente de sua vida atual. Logo, compreende-se o esforço por parte de Jussara para afastar sua filha de uma vida de dificuldades, ao mesmo tempo pode ser entendido como uma tentativa de protegê-la do tráfico (e da violência), instância que regulamenta a vida de muitos moradores na região, atuando como “Estado Paralelo”. A postura de Jussara como mãe, parece divergir de padrões socialmente aceitos, mas vale pensar em como essa mulher mãe aprendeu formas para a resolução de conflitos necessárias frente a realidade cotidiana, naquele determinado local. Conforme destaca Juliana Vargas (2015), as mulheres das periferias jamais estiveram próximas do chamado “sexo frágil” e assim, operando posturas distintas daquelas naturalmente relacionadas ao feminino.

Podemos pensar que essa atitude agressiva da personagem da série *Sintonia* também pode ser entendida como uma estratégia de adaptação dentro de um contexto socioeconômico desfavorável retratado na trama. Isso pode ser compreendido ali, como uma forma de impor, por meio da violência física, respeito, proteção da filha, afirmação de independência e de uma forma de viver a feminilidade/maternidade, diante de uma sociedade desigual, retratada na série. É importante destacar que Jussara é pobre e residente de uma comunidade periférica, em que as

condições de vida são desfavoráveis e esses aspectos são importantes para entendermos a relação entre contexto socioeconômico e o seu comportamento agressivo, inclusive para conseguir ganhar o seu sustento ao trabalhar à noite, vendendo suas mercadorias nos bailes funks.

Em vista disso, compreendemos que a série *Sintonia* retrata uma situação comumente enfrentada por muitas mulheres, que consiste na necessidade de assumir a responsabilidade pela criação dos filhos sem o auxílio do pai, de um companheiro ou de uma rede de proteção, também formada pelos equipamentos estatais, como as instituições escolares, atividades esportivas, de lazer e cultura, quase invisibilizadas na série. Segundo Carin Klein (2007), ao falar da paternidade e do abandono materno, diz que pode ser decorrente de diversas causas, como “[...] pela necessidade econômica que faz o pai migrar em busca de melhores condições de vida, seja em decorrência de fatores culturais que envolvem a transitoriedade das relações de conjugalidade” (Klein, 2007, p. 351-352).

Além disso, é importante mencionar que Jussara, na cena destacada, conta com o auxílio de outras mulheres, o que pode sugerir a existência de normas e regras comportamentais específicas naquele determinado grupo e que justificam o uso da violência física, de linguagem ofensiva e, até mesmo, de silenciamento diante de situações de assédio, como Juliana Vargas e Diéssica Rodrigues (2022)

destacam ao analisar o dispositivo da feminilidade sob condutas de jovens alunas contemporâneas.

### **Cena II: Lucrécia, o filho e o funk.**

A personagem Lucrécia é a mãe de Doni, um dos personagens principais da série e o único que frequenta o ambiente escolar. Na cena analisada, Lucrécia conversa com seu filho, procurando entender o motivo de suas faltas na escola. Evangélica petenconstal e dona de casa, Lucrécia auxilia o marido no pequeno comércio, fonte de sustento da família, assim como o filho. Contudo, ele anseia tornar-se um cantor de funk de sucesso e, como consequência, acaba afastando-se da escola. Na cena, Doni mostra à mãe um vídeo de sua performance, a qual ela reconhece como bonita, mas ressalta a importância da educação e do estabelecimento de metas para o seu futuro.

Figura 02 – Lucrécia conversa com seu filho



Fonte: Sintonia (2019, episódio 4).

A cena descrita mostra uma situação comum em muitas famílias, em que os pais têm expectativas diferentes dos filhos quanto ao seu futuro. A representação de Lucrécia, como mãe e esposa, visibiliza a responsabilidade dos cuidados com a casa, com o comércio da família, com o filho (mesmo que um quase adulto) e ainda, com seu marido, que “apenas” provê o lar! Podemos pensar ainda que a religião desempenha um lugar importante em sua vida e pode atuar sobre a sua constituição como mulher e mãe, bem como sobre sua opinião sobre o futuro do filho, a qual compreende como uma carreira instável e pouco respeitável. No entanto, mesmo discordando das escolhas profissionais do filho,

Lucrécia acoberta o segredo sobre as ausências de Doni na escola e de suas primeiras apresentações no mundo do funk.

Podemos depreender a naturalização sobre a sobrecarga emocional de mulheres mães como Lucrécia, as quais colocam-se em último plano e atendem, prioritariamente, necessidades, anseios e desejos do marido e do filho. No caso específico da personagem, toda a organização do cotidiano, das tarefas do lar e do comércio da família, cabe a ela. Podemos questionar: se Lucrécia tivesse uma filha, sua sobrecarga seria a mesma? Por que um artefato contemporâneo ainda reitera tais (im)possibilidades de vida para mulheres como Lucrécia? Nesse sentido, Klein, Dal'Igna e Schwengber (2021) analisam sentidos sobre as maternidades e o trabalho, a partir de reportagens veiculadas em jornais e revistas *online*, publicadas em 2020, durante a pandemia de Covid-19. As autoras, tanto visibilizam o trabalho das mulheres na pandemia, vinculadas a sobrecarga das tarefas domésticas e reprodutivas, por serem tomadas como próprias do feminino e da maternidade, como também evidenciam nas análises das reportagens, a necessidade de reivindicar e ampliar as redes de apoio, diante do aprofundamento das desigualdades sociais vivenciadas por meio da maternidade.



## **Palavras Finais**

De modo geral, pontuamos que os Estudos Culturais e os Estudos de Gênero são campos interdisciplinares que buscam compreender como a cultura e as representações de gênero estão imersas em relações de poder, incidindo sobre algumas desigualdades entre mulheres e homens, mães e pais, cuidado e sustento, existentes na sociedade.

Vale dizer que os campos de estudo aos quais nos filiamos também se preocupam com a forma como as pessoas se relacionam com os artefatos culturais e como esses artefatos são utilizados para comunicar e reforçar determinados valores, crenças e normas sociais. Conforme Klein (2012), em vez de se concentrar apenas na cultura e nas relações familiares, ensinando as mulheres em como “ensinar com amor” ou “adotar hábitos saudáveis”, talvez seja necessário compreender um conjunto mais amplo de fatores que atuam sobre as formas como se estabelecem valores, conhecimentos e modos de vida relacionados à educação. Logo, devemos considerar aspectos econômicos, políticos, sociais e históricos que também têm impacto nessa constituição de sujeito genericada (Klein, 2012, p. 655).

Dessa forma, torna-se importante reconhecer e considerar os atravessamentos de outros marcadores identitários e sociais, como pertencimento social, raça, orientação sexual, acessos públicos, etc., para compreendermos a experiência de ser mãe/mulher na sociedade atual. Tais atravessamentos incidem diretamente

nas condições e possibilidades oferecidas a essas mulheres em suas vidas e em sua relação com a maternidade. Além disso, é importante analisar o contexto histórico e social em que essas experiências estão inseridas, bem como a forma como as instituições e sistemas sociais re/produzem as desigualdades de gênero por meio da maternidade.

A partir da análise, é possível compreender que a noção de que todas as mulheres possuem um instinto materno inato e intrínseco é uma construção cultural, completamente refutada pelas escolhas teóricas presentes nesse estudo. Esta noção da mãe natural pode ser localizada em muitos lugares da cultura, sobretudo ao valorizar e enaltecer a maternidade como um destino inevitável e desejado por todas as mulheres, minimizando outras possibilidades e escolhas individuais.

#### **REFERÊNCIAS:**

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. M. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 23, p. 56, maio/ago. 2003.

DAYRELL, J. T. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, ed. esp., p. 1105-1128, 2007.

FEIXA, C..A construção histórica da juventude In: CACCIA – BAVA, A., FEIXA, C. e GONZÁLES, Y. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004. p. 257-327.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

KLEIN, C. Discursos que concorrem para a produção de infância e maternidade em políticas de inclusão social. **Textura**. Canoas. v. 20, n. 43. p. 53-78 maio/ago. 2018.

KLEIN, C, DAL'IGNA, M. C. e SCHWENGBER, M. S. Mulheres mães trabalhadoras na pandemia de Covid-19: produção de sentidos em jornais e revistas online. **Textura**. Canoas. v. 23 n. 55 p.- 5-37 jul./set. 2021.

KLEIN, C. Educação de mulheres-mães pobres para uma “infância melhor”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set./dez. 2012.

KLEIN, C. Mulher e família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos. **Cadernos Pagu**, v. 29, p. 339-364, jul./dez. 2007.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MATOS, M. E. de J. **Representações das feminilidades na série Sintonia.** 2022.102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2022.

MEYER, D. E. Gênero e Educação: teoria e política. IN: LOURO, G. L.; FELIPE, J. e GOELLNER, S. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013.

VARGAS, J. R., RODRIGUES, D. G. A culpa é tua! O dispositivo da feminilidade operando condutas de jovens alunas contemporâneas. **Margens** (UFPA), v. 16, p. 167-182, 2022.

VARGAS, J. R. de. **Meninas (mal) comportadas:** posturas e estranhamentos em uma escola pública de periferia. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre, 2008.

VARGAS, J. R. **O que ouço me produz e me conduz?** A constituição de feminilidades contemporâneas de jovens contemporâneas no espaço escolar da periferia. 2015. 182 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOARES, R. de F.R. **Namoro MTV**: juventude e pedagogia amorosas/sexuais no Fica Comigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 174 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

## **JUVENTUDE(S), EMOÇÕES E AÇÃO POLÍTICA<sup>1</sup>**

Ana Luisa Fayet Sallas

### INTRODUÇÃO

Nesse artigo, vamos abordar o tema da(s) juventude(s) a partir de três eixos estruturadores: o primeiro sobre a questão das culturas juvenis e seus significados; o segundo sobre as emoções e a sociologia das emoções de forma mais específica e finalmente a apresentação dos resultados da pesquisa nacional sobre as ocupações estudantis no Brasil de 2015 e 2016, que representam de forma direta a intersecção do conjunto de nossos interesses de pesquisa e reflexões

---

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado do **Curso de extensão “Temáticas emergentes em Juventudes”**, sob a Coordenação: Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS), realizado em maio de 2023. Apresenta os resultados gerais da Pesquisa Nacional coordenada por Luis Antonio Groppo (UNIFAL-MG). Para a presente exposição nos apoiamos em SALLAS, A.L. GROppo, L.A. *“Dá saudade de ter aquela raiva boa”* Emoções e as Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015-2016. IN: A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016. Curitiba: CRV, 2022, P. 43-66; e MEUCCI, Simone; SALLAS, Ana L. F.. *“O melhor medo da minha vida”* - emoções nas ocupações estudantis. Linhas Críticas, v. 27, e36528, 2021 <https://doi.org/10.26512/lc27202136528>

teóricas, balizadas por uma pesquisa empírica de grande abrangência nacional.

Antes de entrar propriamente no tema, vale lembrar algumas questões do que queremos dizer quando falamos de juventude: trate-se apenas de um marco etário da vida ou de algo experienciado e conhecido como adolescência? Como categoria do conhecimento, que significado ela tem? Já sabemos que existem vários conceitos para se pensar a juventude, desde um ponto de vista etário fundamentalmente: então é possível reconhecer as variações que esse marco etário teve desde o século XX (14 a 24 anos), abrangendo hoje em termos das formulações institucionais do Estado, através de seus órgãos (IBGE, Ministérios da Educação e da Saúde) em que são considerados jovens as pessoas entre 14 a 29 anos. Essa delimitação etária abriga também em seu interior diferenças: 14 a 18 anos (jovens adolescentes); 19 a 24 anos (jovens jovens); e 25 a 29 anos (jovens adultos). No entanto, para além desses marcos etários, são muitos os pesquisadores que destacam o caráter diferencial de se viver esse período da vida.

Vale notar que o primeiro decênio do século XXI no Brasil foi marcado por avanços significativos na constituição de um espaço próprio de institucionalização das políticas públicas para a juventude brasileira representada por mais de 50 milhões de jovens entre 14 a 29 anos. Desde a criação do Conselho Nacional de Juventude em 2004, da Secretaria Nacional de Juventude, das Conferências Nacionais de

Juventude até a promulgação do Estatuto da Juventude (2013) observou-se um esforço de estabelecimento de uma agenda de participação com os jovens na construção das políticas e de suas prioridades nos vários espaços da sociedade.

Regina Novaes, antropóloga, pesquisadora e primeira presidente do Conselho Nacional de Juventude (2005-2006), observa de forma precisa que:

Os desafios no reconhecimento dos direitos dos jovens são muitos. O mais difícil de ser superado é a própria dubiedade advinda das contraditórias representações sociais sobre a condição juvenil. Não é exagero afirmar que a sociedade contemporânea é, paradoxalmente, juventudocêntrica, ao mesmo tempo em que é crítica da juventude. Em outras palavras, nos aspectos da vivência pessoal e da consciência coletiva, ser jovem é um estado de espírito., uma dádiva, um dom de um momento passageiro da vida que não deveria passar, por ser o mais interessante e vibrante. Desse modo, ser jovem é ser empreendedor, expressar força, ter ânimo, se aventurar, ser espontâneo, ter uma boa apresentação física, ser viril, se divertir acima de tudo, priorizando o bem viver em detrimento das responsabilidades mesquinhas da vida. Contudo, no âmbito profissional, no aspecto do compromisso cidadão ou no tocante à participação nos processos de tomada de decisão inclusive nas esferas políticas ser jovem é residir em um incômodo estado de devir, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exarcebada. Nesse caso, é possível afirmar que o jovem é aquele que ainda não é, mas que pode ser, ou que será. Em síntese, são dois lados da mesma moeda. Os mesmos estereótipos que constroem um imaginário social de valorização da juventude são aqueles que a impedem de uma participação social plena. (Política Nacional de Juventude – diretrizes e perspectivas- Novaes (et. al.) – 2006. p.5



Ao destacar os paradoxos da condição juvenil, revela a multiplicidade de formas que essa condição é efetivamente vivida, que envolve a combinação de processos formativos pela escolarização com desenhos de trajetórias no mundo do trabalho, em experimentações e na definição das identidades em processos constantes de mudanças que passam pela sexualidade, pela adesão à diferentes grupos juvenis, pelas de sociabilidade e participação em diferentes espaços do mundo social (Sallas, 2017).

Grosso (2017) nos apresenta uma visão bem ampla das principais discussões teóricas em torno do conceito de “juventude”, em especial no que se refere às experiências juvenis, marcando de formas diferenciadas os processos de transições, que são marcados pela imprevisibilidade e flexibilidades pois:

Para os jovens, o fator “presente” passa a ser predominante, em detrimento do “futuro”. A identidade não se constrói de uma vez por todas e nem para toda a vida. [ ] Ao viver a fase juvenil, o indivíduo necessita realizar sua própria síntese de modelos e ideias oferecidos, via participação real positiva, de modo comprometido.(p. 127-128)

## CULTURAS JUVENIS E PARTICIPAÇÃO

Um dos autores pioneiros na designação do termo culturas juvenis, foi Gustav Wyneken (1927) que a abordou em termos da relação entre culturas juvenis e educação enfatizando a necessidade de abertura da escola para os jovens num processo mais criativo, capaz de acolher as expressões culturais dos jovens de forma a romper com os

sentidos de hierarquia das instituições escolares, subvertendo assim as relações estabelecidas de poder.

Carles Feixa (1998) é reconhecido na contemporaneidade como um dos pesquisadores sobre as juventudes que produziu alguns de seus conceitos e pesquisas mais importantes. Para ele as culturas juvenis se referem a maneira como as experiências sociais dos jovens são expressas coletivamente, mediante a construção de estilos de vida distintivos, localizados no tempo livre ou em espaços intersticiais da vida institucional. São marcadas pelo conjunto de estilos juvenis espetaculares; pela heterogeneidade interna, identidades, estratégias, do espetacular a vida cotidiana, das imagens (da marginalidade e do desvio). Segundo Feixa, as culturas juvenis tem a presença de fatores estruturadores que são:

1. Culturas juvenis e geração (nexo que une biografias, estrutura e história);
2. Culturas juvenis e gênero (espaços masculinos e invisibilidade feminina);
3. Culturas juvenis e classe (relação dos jovens com as culturas familiares (regras sexuais, linguagem, gostos estéticos) classe operária, classe média;
4. Culturas juvenis e etnicidade: (migrantes) e expressão de estilos geracionais (soluções simbólicas);
5. Culturas juvenis e territórios (meios de comunicação, moda, rock – transcendem as divisões entre rural/urbano/metropolitano).

Esses fatores estruturantes estão numa relação de interdependência, revelando assim, uma maior complexidade na análise das culturas juvenis e suas múltiplas expressões.

Para Rossana Reguillo (2006), as culturas juvenis tem a ver com os modos de agregação e de interação juvenil. Avançando em suas reflexões, criou uma tipologia para a compreensão das culturas juvenis e suas formas de agregação. Cada uma delas possui dinâmicas próprias e se modificam no tempo e no espaço. São elas:

1. **O Grupo:** reunião de vários jovens que não supõe organicidade, cujo sentido é dado por condições de espaço e tempo;
2. **O coletivo:** refere a reunião de vários jovens que exige certa organicidade e cujo sentido prioritariamente é dado por um projeto ou atividade compartilhada e seus membros podem ou não compartilhar uma identidade;
3. **Movimento juvenil:** supõe a presença de um conflito e de um objeto social em disputa que convoca aos atores juvenis no espaço público. É de caráter tático e pode implicar a aliança de diversos coletivos ou grupos;
4. **Identidades juvenis:** nomeia de maneira genérica a adscrição a uma proposta identitária: punks, taggers, skinheads, roqueiros, góticos, metaleiros, emos, etc.

Até o momento, temos com as contribuições de Feixa e Reguillo elementos importantes para uma reflexão mais

abrangente e compreensiva das culturas juvenis. Dando continuidade as suas contribuições teóricas, Reguillo publicou uma obra de referência para o que nos interessa abordar aqui. Sua pesquisa sobre os movimentos juvenis que emergiram no início da primeira década do Século XXI.

Em *Paisajes Insurrectos* (2017); a autora analisa as paisagens das rebeliões daquele momento, acompanhando os jovens em seus movimentos-redes, como nas revoltas do #OccupyWallStreet (Nova York/EUA/2011); #15M (Espanha/2011); #YoSoy132 (México/2012); #PasseLivre (Brasil/2013); #BlackLivesMatter(EUA/2013); #DireniGeziPark (Turquia/2013); #NosFaltam43 - #TodosSomosAyotzinapa (México/2014) e #NuitDebout (França/2016). Identifica que esses movimentos são a expressão de um mal estar coletivo, que para ela passa por três etapas: 1. A identificação do afeto triste que nos impede de atuar: medo, ira, indignação; 2. A condensação no tempo de esses afetos tristes; 3. A capacidade de nominação coletiva e o encontro (*occursus*), de passar de um estado de tristeza a um de alegria, de potência de atuar. (p. 58)

Seguindo com Reguillo (2017), que nos ajudou a entender as Ocupações Estudantis entre 2015 e 2016, ela nos propõe pensar esses movimentos juvenis a partir da ideia de “ação conectiva como **o litígio**”, inscrita em três áreas: 1. A participação política como um litígio pela palavra (Rancière), em torno da política como a irrupção daqueles que não tem parte (necessidade de serem ouvidos); 2. A

construção de um “nós” que ultrapassa as categorias modernas de identificação; 3. As emoções como um laço político que comanda o processo organizativo e não ao contrário (p100).

Essas três áreas são interconectadas, marcadas pela ruptura com a falsa oposição entre logos e emoção, entre indivíduo e massa, entre afetos compartilhados e o “contágio emocional da massa”; destacando a reconfiguração das orientações afetivas a partir e através do contato tecnologicamente mediado. Finalmente, destaca que das potencialidades e colaborações entre “calles-rede”, há a emergência do que designa como a **noção de “zonas de intensificação afetiva”**, como um lugar-tempo em que, a partir da irrupção do acontecimento, se intensifica o intercâmbio, a co-presença nas ruas e nas redes, o reconhecimento do comum que articulam as trocas, que propicia a capacidade de afetar e ser afetado.

Com esta noción intento implicar la idea de que en la dinámica cotidiana [...] la irrupción de un acontecimiento, al alterar las coordenadas espacio-temporales y acelera la posibilidad de percepciones e interpretaciones alternas, diferentes, rompo, desgarrar el ciclo de las percepciones e imaginários cotidianos, abre una zona de potencias. (Reguillo, 2017, p.148).

## SOCIOLOGIA DAS EMOÇÕES COMO PLATAFORMA DE INVESTIGAÇÃO

Conforme vemos até aqui, com Reguillo em suas pesquisas sobre os movimentos juvenis, como rebeliões e insurreições, partindo das mediações tecnológicas, o tema das emoções

ganhou centralidade. A sociologia das emoções foi se constituindo como um campo próprio de investigações, revelando a natureza social das emoções e de como os fenômenos sociais possuem dimensões emocionais. Um dos elementos fundamentais que vieram a estruturar esse campo de estudos foi a de romper com a falsa dicotomia entre razão e emoção, elemento tão caro aos pensadores dos séculos XVI em diante, que situaram a Razão, com “r” maiúsculo, como uma forma de se opor ao pensamento religioso dominante até então.

Marina Ariza (2016)<sup>2</sup>, destaca o papel da sociologia das emoções como uma plataforma de investigação que comporta uma multiplicidade de abordagens que tem permitido o avanço desse campo de estudo. A emoção e a emocionalidade não se encontram situadas em um sujeito ou em um corpo, mas na relação do sujeito com seu corpo vivido em um contexto social dado. Ariza assinala que a noção de corpo vivido de Denzin (1985) remete a qualidade experiencial, impregnada de significado no mundo da interação.

Para a autora, a construção de variáveis e indicadores empíricos para a análise das emoções, constitui um dos aspectos mais complexos e desafiantes nessa área de conhecimento. Dada a natureza efêmera e contingente no espaço de interação social (atual, antecipado, pretérito,

---

<sup>2</sup> Marina Ariza coordena há mais de 10 anos o Seminário Interinstitucional de Sociologia das Emoções na UNAM. Tem várias obras publicadas dentro desse campo e é referência fundamental por suas pesquisas e reflexões.

imaginado), podendo ser objeto de repressão e manipulação (consciente ou inconsciente), como é possível apreende-las empiricamente? Os avanços teóricos e metodológicos desse campo tem apresentado uma variedade e criatividade na construção das pesquisas, reforçando sua complexidade (2016, p. 21).

Ao tratar do espectro de emoções observa que existem três tipos principais de emoções: a) emoções primárias básicas: medo, ira, tristeza, alegria; b) emoções sociais morais (Turner/Stets) de segunda ordem: combinação de três emoções primárias – medo, ira, tristeza e, c) emoções morais: vergonha, orgulho, indignação, culpa, humilhação, gratidão.

No caso que abordaremos a seguir, encontramos tanto emoções sociais morais quanto emoções morais que apresenta alguns atributos que vale a pena mencionar: elas conectam as pessoas com a estrutura social e a cultura mediante a autocrítica; está ligada à formação da identidade dos atores sociais. Apresentam-se também como emoções autocríticas como culpa e vergonha – marcada pela conduta como objeto de apreciação negativa. Implicam na desvalorização do self com auto custo psicológico.

Ainda nessa categoria das emoções há as emoções que condenam outros: ira, asco, desprezo, indignação. E finalmente as emoções do “contemplar” e do “sentir” do sofrimento alheio: compaixão, empatia, gratidão, admiração, que promovem forte integração social.

Didi-Huberman (2016) é um dos autores que também nos ajudam a iluminar essas reflexões, ao considerar que uma emoção é um movimento, uma ação, um gesto que é ao mesmo tempo interior e exterior fazendo com que “as emoções, uma vez que são moções, movimentos, comoções, são também *transformações* daqueles e daquelas que se emocionam” (2016, p.38).

É importante assinalar, que encontramos na sociologia das emoções a possibilidade de uma convergência maior com a abordagem teórica do projeto nacional de pesquisa coordenado por Luis Antonio Groppo (UNIFAL-MG). Nele a ênfase foi colocada no sentido do conceito de subjetivação política, elaborado por Rancière – uma forma de fazer-se política “da parte que não tem parte”, a disputa pelo espaço também é um litígio pela palavra. Nos termos deste autor:

A subjetivação política produz um múltiplo que não era dado na constituição policial da comunidade, um múltiplo cuja contagem se põe como contraditória com a lógica policial. [...] Toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela. (RANCIÈRE, 1996, p. 48)

Para Groppo (2018,p.25) a definição do próprio Rancière sobre subjetivação política, demonstrou ter grande potência para interpretar e analisar o movimento das ocupações, desde a compreensão da possibilidade de adolescentes erigirem-se como sujeitos políticos, constituídos em ato, ao flagrante dos conflitos entre estudantes e adultos, quando os



segundo muitas vezes subjugaram o poder instituinte das e dos ocupas. Além disso, vale destacar que o conceito de subjetivação política incorpora a dimensão da subjetividade juvenil, expressa por suas emoções e sentimentos face a um processo político, como o caso do movimento das e dos ocupas.

Reguillo (2017) destaca por outro lado a dimensão dessas “subjetividades insurretas” que emergem como um trabalho a ser feito com outras e outros, em um lugar-tempo em que o mapa do que é experimentado como intolerável torna-se o mapa do possível, como uma forma de atualizar a utopia (p.83).

## JUVENTUDE, AÇÃO POLÍTICA E OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL EM 2015 E 2016

A base de nossa reflexão e exposição parte das pesquisas realizadas por duas equipes que se uniram para analisar as ocupações secundaristas que ocorrem no Brasil em 2015 e 2016. Esse movimento político juvenil surgiu como uma reação dos jovens estudantes diante das ações do Estado que propunha reestruturação do sistema escolar com o fechamento de turmas e de escolas, a reforma do Ensino Médio e redução/restrição orçamentária para a Educação por 20 anos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Existe já uma extensa bibliografia analisando o movimento das Ocupações Secundaristas no Brasil entre 2015 e 2016, abordando suas causas, motivações e desdobramentos políticos, sociais e culturais.

Parto da apresentação do primeiro grupo de pesquisa denominado “Sentidos e sentimentos nas/das ocupações estudantis em 2016”, coordenado por Simone Meucci e por mim, e que teve por base empírica a entrevista grupal com 7 jovens ocupantes, seguindo um roteiro orientado pela temporalidade do - ANTES/DURANTE/DEPOIS - as ocupações e seus impactos na vida daqueles e daquelas estudantes.

Num segundo momento, já integrando a Pesquisa Nacional Interinstitucional, coordenada por Luis Antonio Groppo (UNIFAL-MG) foram realizadas 16 entrevistas no Estado do Paraná em 2019/2020. Cabe destacar aqui que das 1197 escolas e IES ocupadas no Brasil em 2016, 843 foram no Paraná (Pacheco & Mattar, 2018, p. 68).

A pesquisa nacional “As ocupações secundárias no Brasil em 2015 e 2016: formação e autoformação política das/dos Ocupas”<sup>4</sup>, coordenada por Luis Antonio Groppo, em projeto financiado pelo CNPq (2018), realizou 80 entrevistas semi-estruturadas com estudantes de escolas secundárias que haviam participado das ocupações. A pesquisa foi fruto da articulação do trabalho de equipes de pesquisa de 18 instituições de educação superior, notadamente de

---

<sup>4</sup> O projeto nacional coordenado por Luis Antonio Groppo, pode ser acessado em sua totalidade no site: <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/>

universidades públicas de 10 estados e teve a participação de 60 pesquisadoras e pesquisadores<sup>5</sup>.

A construção metodológica da pesquisa teve por base um protocolo com 31 questões semi-estruturadas, organizados nos seguintes blocos temáticos: a) primeiros anos do percurso escolar; b) formação política; c) movimento de ocupação; e d) impacto do movimento de ocupação. Foi realizada a análise qualitativa e quantitativa que privilegia os depoimentos dos agentes, marcada por diferenças nas temporalidades (antes, durante e depois) das Ocupações. Para a análise das entrevistas, foi utilizado o software MAXQDA.

A pesquisa nacional teve por eixo teórico inicial a questão da subjetivação política, nos termos expressos por Rancière (2016), tal como expresso no item anterior. No entanto, da análise preliminar do conjunto das entrevistas, e diante de sua riqueza, foi possível a abertura para uma aproximação a abordagem teórica e metodológica com a sociologia das emoções – dado que elas se impuseram como evidências do processo tal como fora vivido pelas jovens. Essa aproximação foi possível por três razões: a) havíamos privilegiado as falas dos agentes, observando as relações entre contexto e experiência (Ariza, 2016); b) seguimos a sugestão de Jasper

---

<sup>5</sup> Os resultados da Pesquisa Nacional foram publicados em inúmeros artigos e no livro: GROppo, L. SALLAS, A.L., SOLFIATI, F.M. A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016. Curitiba: CRV, 2022. A versão digital do livro, como e-book está disponível em: <https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/37458->

(2012) que propõe que as técnicas utilizadas para analisar os significados cognitivos também sejam aplicadas ao estudo das emoções e c) as contribuições de Vidrio (2016) para o conceito de energia emocional e de Ariza (2016) para a formulação da noção de tonalidades emocionais também nos nortearam nesta análise. Apresento a seguir o perfil geral das pessoas entrevistadas:

1. Gênero: 45 mulheres, 33 homens e 2 pessoas não binárias.
2. Cor/raça: 38 negros (entre pretos e pardos), 38 brancos, 1 indígena e 3 que não declararam.
3. A orientação sexual revelou que 46 pessoas se declararam LGBTQIA+, 26 heterossexuais, 4 não sabem e 4 não se declararam.
4. Quanto à participação política e vínculos organizacionais: 40 alunos (50%) eram independentes e 40 (50%) pertenciam a uma organização

Para tratar da origem social dos entrevistados, consideramos a renda familiar, escolaridade e ocupação dos responsáveis. Com isso, conseguimos caracterizar quatro estratos socioeconômicos: estrato médio-alto (5 pessoas); estrato médio-baixo (16 pessoas); estrato popular I e estrato popular II (que totalizaram 59 pessoas).

A partir da análise e cruzamento desses dados, temos como indício de identidade das ocupações secundárias uma forte presença de mulheres, LGBTQIA+ e de setores populares.

Para analisar as emoções expressas pelas jovens, utilizamos a tipologia das emoções segundo James Jasper (2012), presentes no quadro abaixo:

- **Pulsos ou impulsos:** São caracterizados por fortes impulsos corporais, que não são exatamente emoções, mas sentimentos que podem afetar o campo político e interferir na intenção de ação coordenada - Luxúria, fome, vícios, dor e exaustão
- **Emoções reflexas:** Reações ao nosso ambiente físico e social imediato, que geralmente surgem e desaparecem rapidamente e são acompanhadas por mudanças faciais e corporais mais óbvias - raiva, medo, alegria e choque
- **Estados de ânimo:** Emoções que perduram no tempo, mesmo que o objeto que causa a emoção não exista mais. Observa-se que os estados de ânimo podem derivar de emoções reflexas, sendo alguns dos reflexos de longo prazo, como medo, ansiedade, euforia, alegria e tristeza.
- **Lealdades ou orientações afetivas:** Apegos ou aversões menos ligados à forma como se expressam a curto prazo, e mais ligados a avaliações cognitivas feitas em relação a outras pessoas e instituições. Sentimentos relativamente estáveis em relação a pessoas e objetos, como amor, ódio, confiança, desconfiança, respeito e desprezo.
- **Emoções morais:** Sentimentos de aprovação ou desaprovação baseados em intuições ou princípios

morais. Essas emoções são baseadas em fazer a coisa certa (ou a coisa errada): vergonha, culpa, orgulho, indignação, raiva e compaixão.

Fonte: Jasper (2012), Sallas e Meucci (2021)

Apresentamos a seguir as expressões nas falas de secundas que entrevistamos, segundo a tipologia de Jasper. Tratam-se de pequenos fragmentos que facilitam a compreensão do tema, basicamente pela sua presença explícita no discurso:

1. Pulsões ou impulsos:

*“No final da ocupação [...]a gente começou a ter bem menos doação. A gente passou um pouco de **fome** assim, porque tinha pouca coisa para comer. Foi um pouco difícil, mas a gente conseguiu. (Ana Paula, Rio Grande do Sul).*

2. Emoções reflexas:

*Eu acho que as frustrações que a gente teve mesmo foi ser perseguido, que frustra muito a gente, a gente ficou com **medo** [...]... Medo mesmo. (Ariel, São Paulo).*

3. Estados de ânimo:

*As pessoas foram ficando cada vez mais **desgastadas, choravam** pelos cantos. A gente foi começando a ter mais rodas de desabafo. As rodas de desabafo foram ficando cada vez mais delicadas, **tristes** e frustrantes. (Juliana, Paraná).*

4. Lealdades ou orientações afetivas:

*A forma que eu entendi o mundo, assim, a vida. Acho que foi muito... mudou minha perspectiva de viver mesmo e de quem eu poderia ser. Eu me **fortaleci** muito ali dentro, então eu comecei a acreditar mais na nossa força. (Elionor, Minas Gerais).*

5. Emoções morais:

*A gente conseguiu unir, a gente conseguiu formar, acredito eu, muitas pessoas ali não tiveram contato tanto com a política e naquele espaço conseguiram ter e aprenderam muita coisa. [**orgulho**](Descoberta, Espírito Santo).*

Fonte: Pesquisa Nacional (2022)

Tomamos por base para a análise que segue o que foi considerado o mais gratificante e o mais frustrante para as e os jovens estudantes. Cabe destacar um componente de grande importância: as entrevistas realizadas entre os anos 2019-2020, foram marcadas por um caracter mais autoreflexivo das pessoas entrevistadas, devido ao tempo passado entre o acontecimento e as experiências vividas dali em diante. Notamos que boa parte das pessoas entrevistadas já estavam em outro momento da vida, em especial dando seguimento à sua formação no ensino superior.





*melhor medo de minha vida*”; *“saudade de sentir aquela raiva boa”*. Assim ao designar por tonalidades emocionais esses estados intercambiantes das emoções, Marina Ariza os remete a construção de um quadro impressionista em que as mudanças cromáticas e de luminosidade alteram o que é percebido/sentido.

Ao convertermos a nuvem de palavras numa tabela que mede a frequência das emoções expressas nas entrevistas, encontramos o seguinte:

TABELA 1: Frequência de emoções destacadas com base no que foi apontado nas entrevistas como mais frustrante e gratificante na vivência de ocupações secundárias.

| Tipo de emoção                    | n   | %     |
|-----------------------------------|-----|-------|
| Emoções morais                    | 61  | 27,85 |
| Lealdades ou orientações afetivas | 58  | 26,48 |
| Emoções reflexas                  | 42  | 19,18 |
| Estados de ânimo                  | 40  | 18,26 |
| Impulsos ou pulsões               | 18  | 8,22  |
| Totais                            | 219 | 100   |

O quadro acima nos permite chegar a algumas conclusões:

- Emoções morais como orgulho e indignação (27,85%) predominam;
- Lealdades/orientações afetivas, como amor, ódio, confiança, desconfiança, respeito e desprezo (26,48%);
- Emoções reflexas como raiva, medo, alegria (19,18%).

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao cruzarmos as variáveis gerais (gênero, orientação sexual, raça, origem social, território) que orientaram a nossa análise observamos que as emoções são experienciadas de forma desigual situadas na relação entre estrutura social e o agente. Corroborando o que Turner (2010) já assinalara, há uma distribuição desigual de emoções em diferentes domínios institucionais (Turner, 2010). Ele afirma ainda que a distribuição relativa de emoções positivas e negativas tem consequências significativas na dinâmica da estratificação, bem como em outros processos sociais, como os movimentos sociais, incluindo o movimento de ocupações secundárias no Brasil em 2015 e 2016, conforme pudemos confirmar com nossa pesquisa.

Se temos um movimento marcado na sua constituição social como predominantemente adolescente, popular, feminino e LGBTQIA+, encontramos outros elementos sociológicos interessantes quando cruzamos os diferentes tipos de emoções, segundo a Tipologia de Jasper, com diversas variáveis sociais.

- a) Relativamente ao estrato social: quanto mais baixo o estrato, maior a tendência para relatar **emoções morais** (vergonha, culpa, orgulho, indignação, raiva e compaixão; quanto maior, mais **lealdades** relatadas (ódio, confiança, desconfiança, respeito e desprezo);
- b) As escolas periféricas tenderam a destacar **as emoções morais**, enquanto as escolas centrais

destacaram **as lealdades** e apresentaram mais **emoções reflexas**(raiva, medo, alegria) do que as periféricas;

c) Entre os líderes, **os estados de ânimos** (medo, ansiedade, euforia, alegria e tristeza) tiveram um papel mais importante do que na base; enquanto a base tinha mais **lealdade**, a liderança tinha mais **emoções morais**;

d) Entre as mulheres, as emoções mais frequentes foram **morais** (29,6%); entre os homens, **lealdades** (31,2%);

e) A orientação sexual não foi relevante para estabelecer diferenças nas frequências;

f) A importância das **emoções reflexas** se destaca no Sudeste, em segundo lugar em termos de frequência, enquanto nas demais regiões as emoções reflexas ocupam a terceira posição.

Assim, ao cruzarmos as emoções com variáveis sociais observamos a tendência a assumir **mais emoções sociais** (emoções morais e lealdades/orientações afetivas) nas seguintes condições: negros, pretos e pardos; camadas populares; escolas periféricas; na segunda onda de ocupações; entre os líderes; entre mulheres; e fora do sudeste. Talvez melhor, as emoções do tipo reflexo e impulsivo tendiam a ser mais baixas nas categorias mencionadas acima e mais altas entre os brancos; estratos médios; escolas centrais; na primeira onda; entre a base; entre homens; e no sudeste.

É essencial situar as emoções num contexto de relações estruturais e estratificadas, porque têm intensidades e

dimensões muito diferentes, como aponta Jonathan Turner (2008, 2010). A autor ainda nos leva a considerar que a combinação de emoções negativas entre si ou com emoções positivas pode dar origem a um grande repertório de emoções valorizadas positivamente, enquanto o impacto das emoções negativas pode ser mitigado.

Para Jasper (2012) as "lealdades e orientações afetivas" e "emoções morais" tem por atributo serem mais estáveis e duradouras, e em alguns casos, podem ser derivações de "estados de ânimo" e "emoções reflexas". Fragmentos que trabalhamos nas entrevistas revelam como as emoções aparecem efetivamente misturadas em suas diferentes nuances, como assinala Marina Ariza (2016), indo do medo à frustração, mas também ao orgulho.

É importante recuperar aqui as derivações conceituadas por Feixa e Reguillo, das culturas juvenis e de suas variações como grupos e movimentos. Além disso, vale retomar a noção de "zonas de intensificação afetiva" (Reguillo), como um lugar-tempo em que, a partir da irrupção do acontecimento, se intensifica o intercâmbio, a co-presença nas ruas e nas redes, o reconhecimento do comum que articulam as trocas, que propicia a capacidade de afetar e ser afetado. As entrevistas que realizamos em seu conjunto, revelaram a emergência desse lugar-tempo que subverteu a ordem vigente, transformando as escolas num outro lugar, num espaço público expandido (Reguillo, 2017,p. 95)

criando/imaginando uma escola da liberdade, do desejo e do sonho.

Podemos dizer que as histórias, em seu conjunto, expressam as principais emoções vividas e sentidas pelas secundas que entrevistamos, e expressam significativamente o sentido coletivo desse movimento social de ocupações secundárias no Brasil. Expressam, sobretudo a necessidade de se contrapor ao esquecimento, revelando assim a riqueza, a dor e alegria que foi aquele movimento juvenil insurgente que chamou a atenção da sociedade brasileira para as e os jovens e a situação da educação pública no país.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, O. “Excedente emocional y ampliación de lo político en Chile. Análisis visual del movimiento estudiantil 2011-2014”, In: Otros Movimientos Sociales. Política y derecho a la Educación , pg. 234-253, Altre Modernità - Università Degli Studi di Milano (4: 2016).

ARIZA, Marina. “La sociologia de las emociones como plataforma para la investigación social”. In: Emociones, afectos y sociologia – Diálogos desde la investigación social y la interdisciplinar. México:UNAM, 2016.

BARBALET, Jack. Emoção, teoria social e estrutura social. Uma abordagem macrossocial. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

DIDI-HUBERMAN, G. Que Emoção! Que Emoção?, São Paulo: Ed. 34, 2016.

GROPPO, L. A. Introdução à Sociologia da Juventude. Jundiaí : Paco Editorial, 2017.

GROPPO, L. A.. Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: Formação e auto-formação política das e dos ocupas. PROJETO NACIONAL (CNPq/2018). <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/>

GROPPO, L., SALLAS, A.L. Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: Sujeitos e Trajetórias. Revista Brasileira de Educação.(2022).

GROPPO, L. SALLAS, A.L., SOLFIATI,F.M. A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016. Curitiba: CRV, 2022. P.11.

JASPER, J. Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoria e investigaciones. Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad, n. 10. Año 4. Diciembre-Marzo de 2012, Argentina, pp. 46 a 66.

FEIXA, C. De jóvenes, bandas y tribos. Editora Ariel : Barcelona, 2016.

MEUCCI, Simone; SALLAS, Ana L. F.. “O melhor medo da minha vida” - emoções nas ocupações estudantis. *Linhas Críticas*, v. 27, e36528, 2021  
<https://doi.org/10.26512/lc27202136528>

PACHECO, Carolina S. *Ocupar e resistir: as ocupações das escolas públicas como parte do ciclo atual de mobilização juvenil no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná. 2018.

PACHECO, Carolina S. SALLAS, A.L.F. “E quando a experiência vira campo? reflexões a partir da observação participante nas ocupações secundaristas. *PRÁXIS EDUCATIVA*. Ponta grossa: UEPG. n. 14, v.3. 2019. 1121-1137.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

REGUILLO, R. *Paisajes Insurrectos – Jóvenes, redes y revueltas em el otoño civilizatório*. España : Nuevos Emprendimientos Editoriales, S.L. 2017.

SALLAS, A. L. F. E a luta continua! #OCUPATUDO: Potência e dilemas da ação política. INTERSEÇÕES - REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES , v. 19, p. 463-482, 2017.

SALLAS, A.L. GROPPPO, L.A. “ *Dá saudade de ter aquela raiva boa*” Emoções e as Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015-2016. IN: A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016. Curitiba: CRV, 2022, P. 43-66.

TURNER, J.H. The Stratification of Emotions: Some Preliminary Generalizations. Sociological Inquiry, v. 80, n. 2, p. 168-199, 2010.

VIDRIO, Silvia. Em papel de las emociones en la conformación y consolidación de las redes y movimientos sociales, In: ARIZA, Marina (coord.). Emociones, afectos y sociologia – Diálogos desde la investigación social y la interdisciplinar. México : UNAM, Instituto de Investigacioness Sociales, 2016, 399-440.



## **ADOLESCÊNCIA E CORPO ADOLESCENTE: CONSTRUÇÕES BIOMÉDICAS**

Régia Cristina Oliveira

### **Introdução**

O presente texto tem por objetivo enfocar a construção social da adolescência e do corpo adolescente pela biomedicina<sup>1</sup>, um campo de intervenção e de discursos hegemônicos e oficiais sobre o corpo humano e suas transformações (Le Breton, 2006) que tem na adolescência e na puberdade aí inscrita um momento de explicitação e de normalização das diferenças entre os sexos (ROHDEN, 2006).

Ao buscar enfocar as considerações biomédicas que definem o corpo, o presente texto propõe pensar sociologicamente a adolescência (Bourdieu, 1983), tomando-a em específico, resultado de uma construção histórica e social, que apresenta sentidos e vivências diversas, segundo o gênero, a classe social, a religião, o local de moradia, dentre outros fatores que resultam em formas distintas de viver essa *fase* da vida (Pimenta; Oliveira, 2019). Assim como a juventude, a adolescência deve ser então pensada no plural,

---

<sup>1</sup> A biomedicina diz respeito à racionalidade característica da medicina ocidental moderna. (Camargo Júnior, 2003, p. 1). Como destaca o autor, o termo biomedicina permite refletir mais adequadamente “a vinculação desta racionalidade com o conhecimento produzido por disciplinas científicas do campo da Biologia”.

uma vez que é vivida e significada de diferentes maneiras pelos indivíduos.

Busca-se, assim, destacar a adolescência, uma importante categoria que tem sido mais abordada pela psicologia e outras áreas da saúde, preocupadas e ocupadas com diversas questões consideradas como próprias da adolescência (OLIVEIRA, 2011).

Ainda que os termos adolescência e juventude apareçam, muitas vezes, indiferenciados ou a adolescência pressuposta no interior da categoria juventude mais ampla (Oliveira, 2011), quando pensamos nos processos de transição para a vida adulta e a extensão de seus limites (Pais, 2001; Pimenta, 2017), processos que tradicionalmente marcavam a entrada para o mundo adulto, como o término dos estudos, a chegada de um filho, a independência financeira, hoje bastante complexos, não lineares, reversíveis e com múltiplas configurações e sentidos (Pais, 2001; Pimenta; Oliveira, 2019), o que tem aparecido como definidor da entrada para a vida adulta, especialmente nas camadas populares, é a aquisição de responsabilidades (Guimarães, 2005; Pais, 2009; Oliveira, 2011; Pimenta, 2017). E essa aquisição tem sido pensada no período considerado da adolescência (Pais, 2009; Oliveira, 2011; Pimenta, 2017), não pela idade que os indivíduos apresentam, mas pela percepção, pelos jovens e pela família, de que esses jovens estão assumindo responsabilidades e aí não falam que estão saindo da juventude, mas da adolescência (OLIVEIRA, 2008).

Vários estudos sociológicos sobre juventude vão destacar a juventude como um valor (Debert, 2010; Pimenta, 2017) e não uma fase a ser ultrapassada por outra; um valor que vai perpassar todas as *fases* da vida, incluindo a velhice, ligada à ideia de movimento e de disposição (BARBIERI, 2014).

Principalmente na camadas populares, a aquisição de responsabilidades é percebida porque estão cuidando ou aprendendo a cuidar do filho, não sendo algo imediato à chegada do filho, uma vez que a gravidez na adolescência, ter engravidado na adolescência é visto, principalmente pela família dos jovens, como algo irresponsável, próprio da adolescência, vista, nesse sentido, ligada à falta de responsabilidade (OLIVEIRA, 2008).

Mas a percepção, ao longo do tempo, de que estão sendo responsáveis nas tarefas novas de cuidado da criança; do exercício do trabalho que ajuda no sustento, principalmente no caso da paternidade, é que os identifica como saindo da adolescência (OLIVEIRA, 2008).

É assim, a saída da adolescência, por um lado, vista ela mesma, grande parte das vezes, ligada à irresponsabilidade (Oliveira, 2008) e, por outro, vista como um momento de mais leveza, de aproveitar a vida e de experimentação, que vem definindo esse período para as e os jovens que a vivenciam e que também destacam não quererem deixar de ser adolescentes, evidenciando também uma mistura de *fases* (OLIVEIRA, 2008).

Mas é especialmente uma noção diacrônica e linear de adolescência como uma etapa da vida a ser ultrapassada, independente do contexto sociocultural que a circunscreve (Sarti, 2004), que também sustentam representações biomédicas sobre “a” adolescência, pensada problemática.

### **A adolescência pela biomedicina**

Estudo realizado em um espaço de atenção e de especialização biomédica em adolescência (Oliveira; Sarti, 2019), verificou a existência de uma focalização dos profissionais de saúde nas questões ditas comportamentais e *normais* da adolescência, as quais são vistas e analisadas a partir das transformações hormonais, portanto, de questões orgânicas que as explicam.

A relação desses comportamentos aparecem articuladas à chamada *síndrome da adolescência normal*, que define um conjunto de elementos considerados *normais* na adolescência. Ainda que o termo “síndrome” seja polêmico entre os profissionais, a relação dos comportamentos que a definem acabam por orientar os olhares e a prática biomédica.

Nesses olhares, há a referência, dentre outros aspectos, à agressividade, em maior ou menor grau, atribuída à adolescência, em especial, entre adolescentes do sexo masculino. Mesmo entre os profissionais que dizem não concordar com o conceito da *síndrome da adolescência normal* e mesmo com a determinação dos comportamentos ali elencados, a questão da agressividade e de sua exacerbação

na adolescência apareceu em praticamente todos os discursos dos profissionais de saúde, no referido estudo (OLIVEIRA; SARTI, 2019).

Ao levantar os aspectos considerados normais na adolescência, a biomedicina define os limites entre o que pode ser considerado normal/adequado e aquilo que pode ser visto como inadequado ou patológico. Essas informações sustentam a atuação dos profissionais e seus discursos (Foucault, [1988] 2006) sobre corpo e adolescência. Esta, passa a ser caracterizada como uma “fase” de “profundas transformações biopsicossociais”; um momento especial em que mudanças hormonais respondem por alterações de humor e de comportamento dos jovens adolescentes, ainda que “normais” da adolescência.

Ao mesmo tempo, a definição de modificações, diferente para os e as adolescentes, permite a normatização das diferenças entre os sexos, as quais sustentam as percepções das relações de gênero, delas fazendo parte a moralização da figura feminina nas questões ligadas à sexualidade<sup>2</sup> e da agressividade relacionada aos adolescentes do sexo masculino (OLIVEIRA; SARTI, 2019).

A adolescência coloca-se, assim, como uma importante categoria de normatização e de atenção biomédica, sendo caracterizada como uma “fase” de “profundas transformações

---

<sup>2</sup> Como discute Sohn (2009, p. 126), a medicalização da sexualidade, inserida na medicalização da sociedade “efetua-se, porém, de forma diferente para os homens e para as mulheres”.

biopsicossociais”; um momento especial em que mudanças hormonais respondem por alterações de humor e de comportamento dos jovens adolescentes, definidas como questões “normais” da adolescência. A ideia de “crise” e turbulência atravessa essa compreensão e faz do biológico, psicológico e social campos hierárquicos em que, especialmente, o social se vê subordinado. O campo psicológico responde pela complexidade do ser adolescente em relação às outras *fases* da vida. O biológico/orgânico, o campo de atuação biomédica, por excelência.

É importante destacar que, no referente ao recorte etário, para a Organização Mundial de Saúde, OMS, são considerados adolescentes indivíduos na faixa etária dos 10 aos 20 incompletos, havendo aí uma subdivisão entre pré-adolescência, adolescência e pós-adolescência ou adolescência tardia.

Recentemente, cientistas do campo da saúde tem defendido a extensão da adolescência até os 24 anos de idade, relacionando esse período ao desenvolvimento do cérebro, ainda não totalmente formado.

Um aspecto importante e que se articula ao destaque desses estudos no campo da saúde, relativo ao cérebro em desenvolvimento do adolescente, refere-se a representações sociais desenvolvidas sobre a adolescência em nossa sociedade e que a relacionam a noções de riscos de diferentes ordens (OLIVEIRA; SARTI, 2019).

É possível então observar a relevância de compreendermos do ponto de vista sociológico a adolescência, em específico, tendo em vista, também, a extensão da juventude. No sentido do limite etário, o estatuto da juventude, um norteador para políticas públicas, considera como jovens indivíduos na faixa etária dos 15 aos 29 anos. E 24 anos, o limite etário reivindicado por médicos, para pensar a adolescência, segundo estudos recentes a esse respeito, sustentados na questão do cérebro ainda em desenvolvimento até esse período, mais especificamente, a área pré frontal relacionada à capacidade de julgamento (OLIVEIRA; SARTI, 2019).

Por outro lado e bastante articulado a esses estudos médicos, destacam-se questões consideradas como problemas sociais relacionados aos indivíduos jovens e mais especificamente aos adolescentes e que também informam esses estudos. Ou seja, representações sociais sobre a adolescência em nossa sociedade, relacionada a riscos e excessos de diferentes ordens, considerados próprios dessa *fase* da vida (OLIVEIRA; SARTI, 2019).

A ideia de que existe algo que é próprio a esses indivíduos mais jovens, adolescentes, também se associa a considerações sobre a puberdade, uma categoria médica (Rohden, 2001), em que são pensadas mudanças corporais, diferentes entre os sexos, e que ocorrem em função da produção de hormônios.

Essas representações sobre adolescência ligadas a noções de diferentes riscos próprios a essa *fase*, juntamente com o apontamento de questões fisiológicas que definem a puberdade, pensada como um evento que faz parte da adolescência, fortalecem a normalização dos riscos e excessos nesse período da vida.

Essas considerações são importantes de serem destacadas uma vez que a biomedicina nos fornece os significados considerados legítimos e oficiais sobre o corpo e suas transformações (LE BRETON, 2011).

E essas transformações, como aponta Fabiola Rohden (2001), tornam-se evidentes na puberdade, sendo objeto de preocupação, ocupação e intervenção biomédica, informando a sociedade, ao mesmo tempo em que também é por ela informada, no que se refere às expectativas sobre os papéis sociais em relação aos gêneros e às idades.

### **Corpo adolescente: considerações biomédicas**

A presente discussão está referenciada por estudos que pensam o corpo não tendo uma existência possível anterior aos significados que a coletividade lhe atribui e da qual o indivíduo faz parte. Sendo então corpo e suas transformações resultado dessa construção social e simbólica (MAUSS, 1936).

Assim, diferentes eventos que evidenciam a transformação do corpo, como o nascimento, a adolescência, o envelhecimento são pensados e vividos de diferentes modos,



a depender dos contextos socioculturais dos quais os indivíduos fazem parte.

Ao mesmo tempo, pensando em nossa sociedade, uma vez que a biomedicina tem o discurso oficial sobre o corpo, suas transformações, um discurso hegemônico, ela acaba por também construir socialmente noções sobre o que é considerado normal em relação aos corpos e à própria adolescência<sup>3</sup>.

Pensando nessa articulação entre adolescência, corpo e biomedicina, e na compreensão sociológica desses termos e suas relações, um dos temas importantes como tema emergente, é a obesidade adolescente (OLIVEIRA, 2012).

Em especial, nesse período pós-pandemia, o aumento da obesidade na infância e adolescência tem preocupado bastante o campo da saúde que também se apoia em estudos que destacam problemas físicos e emocionais que podem surgir com o excesso de peso, como diabetes, problemas cardíacos, hipertensão, baixa autoestima e discriminações sofridas, conforme destacam esses estudos.

Se, por um lado, estudos recentes do campo biomédico vem apontando o aumento da obesidade entre adolescentes na pós pandemia e preocupações em relação à saúde desses jovens, também relacionado a um maior tempo em casa e, portanto ao sedentarismo, por outro, é importante, também pensarmos, do ponto de vista sociológico, questões

---

<sup>3</sup> Há inclusive uma especialidade médica responsável pela atenção à adolescência, a hebiatria, considerada uma subespecialidade pediátrica, identificada também como medicina do adolescente.

relacionadas a esses espaços, à sociabilidade e à socialização referidas à participação dos jovens e jovens adolescentes nas diferentes esferas.

Além da família, a escola, espaços de lazer, indagando das jovens, dos jovens, nesse período que circunscreve a adolescência no campo biomédico e que fará a intervenção sobre os corpos, dentre outros aspectos, quais são os desafios, limites, possibilidades e sentidos relacionados ao sobrepeso, obesidade e ao emagrecimento, pensando numa articulação tanto com os contextos em que os jovens estão inseridos, quanto com o momento de vida em que se encontram no interior dos complexos processos de transição para a vida adulta, com seus diferentes sentidos e vivências, dos quais também fazem parte os processos de construção identitária. Em relação a este ponto, questões relacionadas à gordofobia nas escolas e ao crescimento também de movimentos e ativismos antigordofobia vem se destacando como questões importantes em estudos recentes, tanto do campo da saúde quanto das ciências humanas e sociais (SOUZA, GONÇALVES, 2021; MENEZES FERREIRA, MELO, 2020).

Essa é uma questão importante que já vem preocupando profissionais de saúde que destacam a necessidade de combater a gordofobia, os preconceitos em relação a pessoas obesas, ao mesmo tempo em que há também muitas queixas de mulheres que relatam ter sido vítimas de gordofobia em atendimentos de saúde.

Esse é um tema importante que toca a saúde e também questões mais amplas para pensarmos a relação corpo, adolescência e biomedicina, bem como a construção biomédica da adolescência, como um tema emergente em juventude.

### **Comentário finais**

O presente texto referenciou-se por pesquisa realizada com profissionais de saúde (Oliveira, Sarti, 2019), em um espaço de atenção à adolescência e de formação em adolescência, para esses profissionais.

Por meio desse e de outros estudos (Oliveira, 2012) em que pode ser apreendido aspectos importantes dessa construção, cabe ressaltar a existência, nos discursos biomédicos, de argumentos fisicalistas e normatizadores sobre adolescência e corpo adolescente e considerações morais referentes às diferenças entre os sexos.

A construção social da adolescência pela biomedicina tem por base alguns importantes aspectos que se articulam uns aos outros: uma noção de normalidade pressuposta, definindo o que é esperado nessa *fase*; uma noção de risco pensado como próprio desse período; a afirmação da centralidade do desenvolvimento do cérebro *imatur*o na compreensão comportamental da adolescência; uma relação estabelecida entre gênero, corpo e sexualidade, da qual fazem parte noções de risco e de experimentação na adolescência.

## Referências

BARBIERI, N.A. (2014) **Doença, envelhecimento ativo e fragilidade**: discursos e práticas em torno da velhice. Tese de doutorado. Departamento de Medicina Preventiva. Área de concentração em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP.

CAMARGO JÚNIOR, K. R. A Biomedicina In **Biomedicina, saber & ciência: uma abordagem clínica**. São Paulo, Hucitec, 2003. p. 101-34.

DEBERT, G. G. A. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor **Horizontes Antropológicos**, vol 16, n. 34, p. 49-70, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. São Paulo: Edições Graal, [1988] 2006.

GUIMARÃES, N. A Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In **Retratos da juventude brasileira. Análise de uma pesquisa nacional**. Abramo, H.W & Branco, P.P.M (orgs). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**.  
Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_ **Sociologia do corpo**. Petrópolis, Vozes, 2006.

MAUSS, M. As técnicas corporais In **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974, p. 209-33.

MENEZES, C. F. J.; FERREIRA, R. L. P; MELO, R. de S.  
Imagina ela nua!: Experiências de mulheres que se autodeclararam gordas. **Rev. Estud. Fem.** [online]. vol. 28, no. 2, p. 1-13, 2020..

OLIVEIRA, RC; SARTI, C. Físico e Moral: a concepção orgânica e o cérebro imaturo na explicação biomédica da adolescência **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, n. 34, p. 63-74, 2019.

\_\_\_\_\_ Corpo, gênero, adolescência: discursos e (re)significações a partir da anorexia e da obesidade. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, v. 9, p. 17-24, 2012.

\_\_\_\_\_ Trabalho adolescente: a experiência de uma ocupação regular. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol 14, n. 1, p. 43-57, 2011

\_\_\_\_\_ Adolescência, gravidez e maternidade: apercepção de si e a relação com o trabalho. **Saude soc.** Vol 17, n. 4, p. 93-102, 2008.

PAIM, MB; KOVALESK, F. Análise das diretrizes brasileiras de obesidade: patologização do corpo gordo, abordagem focada na perda de peso e gordofobia. **Saude soc.** Vol 29, n 1, p. 1-12, 2020.

Pais, JM. A juventude como fase da vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saude soc.** Vol 18, n. 3, p. 371-381, 2009.

\_\_\_\_\_ Pais, JM. Ganchos, Tachos e Biscates. Editora Âmbar: Lisboa, 2001.

PIMENTA, MM. OLIVEIRA, RC. Adolescência e transição para a vida adulta. In: Liliana Takaoka; Lúcia Coutinho; Rosa Eid Weiler. (Org.). **Odontopediatria: transdisciplinaridade na saúde e educação da criança e do adolescente.** 1ed.São Paulo: BOK2, 2019, v. 1, p. 131-135.

\_\_\_\_\_. **Ser jovem e ser adulto:** identidade, representações e trajetórias. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença:** sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2001.

SARTI, C.A. O jovem na família: o outro necessário In Novaes, R & Vannuchi, P (orgs). **Juventude e sociedade. Trabalho, educação , cultura e participação.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 115-129.

SOUZA, VCS; GONÇALVES, JP. Gordofobia no espaço escolar: uma análise histórico-cultural. **Revista Ciências Humanas.** 2021, p. 1-13.

# **EXPERIÊNCIAS GRUPAIS COM JOVENS, PROMOÇÃO DO DIREITO À CIDADE, À CONVIVÊNCIA E AO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS**

Cérise Alvarenga

## **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no contexto das Políticas Públicas da Assistência Social**

Nas últimas três décadas, o Brasil experimentou um intenso processo de construção e transformação das políticas públicas no âmbito da Assistência Social<sup>1</sup>. Desde 2004, ano em que ocorreu o lançamento da Política Nacional de Assistência Social, ocorreu uma intensificação na implementação de programas, serviços na área da Assistência Social que, juntamente com outras políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais e visa seus devidos enfrentamentos. Esta política compreende que é necessário promover a garantia dos mínimos sociais, bem como o provimento de condições para que seja possível

---

<sup>1</sup> Este processo se deu fortemente a partir da Constituição Federal de 1988 e, em seu percurso, podemos citar alguns marcos que foram cruciais para operacionalizar tal política, são eles: a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), o lançamento da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), a aprovação da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005).



alcançar um de seus objetivos que é a universalização dos direitos sociais, considerando as diferenças e necessidades locais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco e de vulnerabilidade social<sup>2</sup> (BRASIL, 2009).

Na Proteção Social Básica tem-se importantes serviços: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos<sup>3</sup> é, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e desenvolver o sentimento de

2 Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; em determinados ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, de grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. Esta política fornece diretrizes sobre a organização do Sistema Único da Assistência Social – SUAS que se organiza em níveis de complexidade de atendimento, sendo dividido em dois tipos de proteção social: a Básica e a Especial.

3 O SCFV possui caráter preventivo, sendo pautado na defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada indivíduo, e busca prevenir situações de vulnerabilidade social. Trata-se de um Serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109 de 11/11/2009). E foi reordenado em 2013 (Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 2013).

pertença e de identidade, fortalecendo vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

Em sua execução, o SCFV pode ocorrer de maneira direta ou indireta. No primeiro caso é ofertado no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e no segundo é executado em parceria com Centros de Convivência que podem ser unidades públicas ou instituições prestadoras de serviços socioassistenciais. Estas instituições devem ser devidamente inscritas no Conselho de Assistência Social do município ou Distrito Federal e precisam atuar em articulação com o CRAS e em consonância com as legislações (PNAS, LOAS) e respectivas diretrizes existentes. Os usuários podem chegar ao CRAS por meio de demanda espontânea, por busca ativa, por meio de encaminhamento da rede socioassistencial ou encaminhamento das demais políticas públicas e de órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. O público-alvo do Serviço são membros das famílias acompanhadas pelo Programa de Acompanhamento Integral às Famílias - PAIF e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos-PAEFI (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos). É ofertado de forma complementar ao trabalho social desenvolvido pelo (PAIF) e (PAEFI) e possui caráter preventivo e proativo dos profissionais que nele atuam. Esses membros podem estar em situação de vulnerabilidade social ou terem vivenciado situações de violações de direitos e que precisam ter os vínculos familiares e comunitários fortalecidos e/ou

reconstruídos; são em sua maioria encaminhados ao SCFV pelos profissionais do CRAS (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e outros que atuam no CRAS).

**Intervenções da psicologia a partir dos fundamentos da teoria dos grupos operativos: do dilemático ao dialético**

No contexto das políticas públicas brasileiras, a atuação com grupos tem sido muito necessária e difundida e a utilização da técnica dos grupos operativos ou de uma atuação pautada em seus fundamentos apresenta-se profícua, fundamentando e subsidiando a atuação de psicólogos na Assistência Social, na Saúde e na Educação (SOARES, 2007; CARNIEL, 2008; PEREIRA, 2013).

Nestas diferentes áreas de atuação, em instituições e grupos de adolescentes e jovens que em suas trajetórias de vida experimentaram violações de direitos, emergem questões e temáticas desafiadoras nas quais se presentificam vastos universos de experiências dos participantes. Estes modos de interação frequentemente são marcados por experiências nas quais estes sujeitos apresentam comportamentos que indicam que não puderam pensar, elaborar e integrar determinadas experiências, tais como: violências física e psicológica, negligência, dentre outras. Não raramente, percebemos que os adolescentes e jovens na situação grupal reagem de maneira impulsiva sem a mediação da palavra e do pensamento reflexivo, sendo essa permeada por atitudes muitas vezes violentas entre seus pares (gestos e palavras).

No que se refere à Assistência Social e, em específico, na atuação no SCFV, as possibilidades de intervenção são possíveis, ao considerar os percursos de vida de cada participante e sua capacidade de se relacionar, trocar experiências, ampliar repertórios informacionais e desenvolver habilidades interpessoais.

É importante também considerar, a partir dos conhecimentos advindos da teoria dos grupos operativos que numa situação grupal as ressonâncias de experiências pregressas (violação de direitos) podem se presentificar no modo de expressão e funcionamento dos grupos por meio de processos transferenciais<sup>4</sup> (PICHON-RIVIÈRE, 2006). De modo que, na dinâmica grupal do Serviço em questão, seus integrantes podem tanto expressar opiniões, ideias, mas podem também, em determinadas circunstâncias, reproduzir situações, por exemplo, de violência, segregação e silenciamento, experimentadas em suas trajetórias de vida. Tais situações se colocam como elementos desafiadores para os profissionais que nesse Serviço atuam, considerando o desenvolvimento e aprendizagem de capacidades sociais previstas e esperadas na formulação desta política pública, tais como: capacidade de demonstrar emoção, ter auto controle, comunicar-se, desenvolver novas relações sociais, encontrar soluções para conflitos, realizar tarefas em grupo,

---

<sup>4</sup> Processos transferências referem-se aqueles nos quais o sujeito atualiza em suas relações (com a figura de um terapeuta, um coordenador de grupo) determinadas protótipos infantis ou desejos inconscientes.

promover e participar da convivência em família, em grupos e no seu território.

De acordo com Pichon-Rivière (2006), por meio da técnica dos grupos operativos é possível identificar modos de funcionamento e colaborar com processos de transformação nos quais os indivíduos, na situação grupal, podem superar sua condição dilemática, ou seja, pautada numa lógica binária que não propicia soluções. A superação desta condição dilemática pode transformar-se em dialética, ou seja, o grupo pode construir soluções ou sínteses que se tornam pontos de partida para novas situações, desenhando um movimento de ampliação de sua capacidade de enfrentamento diante de impasses e conflitos.

Neste processo, o grupo necessita enfrentar as contradições, sendo que uma de suas tarefas principais é analisá-las. Necessita trabalhar com as tarefas manifestas-explicitas e as implícitas-latentes, tornando consciente o que está inconsciente, abrindo possibilidades de superação de modos de relacionar estereotipados. Deste modo, trata-se não apenas de compreender o funcionamento grupal, os aspectos subjetivos e intersubjetivos, os processos de comunicação e cooperação e de autonomia, mas sobretudo provocar e possibilitar ações inventivas diante de situações de impasse. Trata-se de considerar aquilo que emerge e precisa ser tomado em consideração pelos participantes e pelo coordenador.

Nesta perspectiva, o grupo é convocado a se implicar nos diferentes momentos e papéis sociais e, neste campo de intermeios, no qual coloca-se em movimento a subjetividade de seus integrantes, o psicólogo tem em seu horizonte de atuação o campo da intersubjetividade no qual entrelaçam emoções, afetos, valores, ideologias, modos de ser e fazer.

Assim, é importante considerar que de acordo com as situações experimentadas e com o direcionamento das intervenções, é possível aumentar a potência desses sujeitos e seus corpos e superar o sofrimento gerado por inúmeras situações sociais (SAWAIA, 2009; 2014). Sofrimento que comumente encontra-se amplificado em função de um acúmulo de situações de negligência, violência física e/ou simbólica e de exclusão.

Nesse sentido, os/as profissionais da psicologia por meio de suas intervenções necessitam atentar para aspectos referentes a subjetividade dos participantes, para possíveis expressões da dor/sofrimento que se apresentam por meio das relações tecidas no grupo e, sobretudo, às possibilidades de facilitar a transformação delas, estimulando e provocando a capacidade de agir e de se posicionar destes participantes. A partir da perspectiva de considerar a expressão dessas subjetividades, ultrapassando a compreensão dos adolescentes e jovens a partir de suas “carências” ou “vulnerabilidades”, abrem-se possibilidades de tomar em consideração suas potencialidades (TOROSSIAN E RIVERO, 2014) compreendendo-os como agentes capazes de atuar,

produzir ou transformar situações, produzindo outras realidades. A partir desta visada, apostando nas potencialidades e na capacidade ativa desses participantes, compreendidos como sujeitos, que este texto apresenta cenas-experiências construídas com adolescentes e jovens que participam de um Serviço de Convivência.

### **Metodologia do Serviço de Convivência**

De acordo com um dos documentos orientadores desta política, o SCFV deve ser realizado em grupos e deve considerar os percursos de seus participantes, devendo em suas ações propiciar aquisições progressivas de determinadas capacidades aos seus usuários, considerando seus ciclos de vida e assegurando que tenham acesso a espaços de convívio e valorização da cultura familiar e comunitária e ao desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade. Estas ações devem ocorrer por meio de vivências lúdicas que desenvolvam, conforme mencionado anteriormente, o sentimento de pertença e de identidade, promovam a socialização e a convivência (Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 2013).

Nesta política, está prevista a presença de um Orientador Social que deve atuar como referência deste grupo. Este profissional precisa ter no mínimo o Ensino Médio e deve atuar de acordo com as demandas já identificadas pelos profissionais que encaminharam os usuários para o serviço (PAIF e PAEFI) e aquelas que vão

surgindo no transcorrer do trabalho com os usuários. Na experiência que apresentada neste texto, duas psicólogas atuam no Serviço respectivamente no papel de orientadora social e a outra como coordenadora técnica. Além destas duas profissionais, outros três profissionais atuam neste Serviço: os Educadores Sociais que ministravam oficinas de artes plásticas, dança e música.

É neste contexto das políticas públicas em Assistência Social e, especificamente a que se refere ao SCFV, que o presente texto compartilha as experiências no Serviço que é executado numa das cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Optaremos aqui neste texto a nos restringirmos a informar somente a Região na qual o serviço é executado, no sentido de resguardar a identidade das adolescentes e jovens mencionadas.

No trabalho desenvolvido, contamos com as contribuições de autores que fundamentam ações e intervenções da Psicologia Social e apostam que a análise do processo grupal implica na compreensão da dialética indivíduo-grupo. Nela, os indivíduos são compreendidos como indissociáveis de uma totalidade histórica e, sendo compreendidos como agentes sociais são potencialmente capazes de provocar a inauguração de outras situações e realidades (AFONSO, 2006; PICHON-RIVIÈRE, 2006; LANE, 2012).

Utilizaremos para exemplificar essa atuação uma situação social vivenciada pelos adolescentes e



jovens/participantes e pelos profissionais do Serviço. A partir dela serão tecidas considerações articulando-as com pressupostos desta política pública e com conceitos presentes na teoria dos grupos operativos que subsidiam a atuação das psicólogas no contexto destes grupos realizados com os adolescentes e jovens.

**Resultados e discussão: “Do empurrão à roda de conversa - Entre os sentidos manifestos e latentes, a “tarefa” grupal emerge e os afetos se põem em movimento”**

As possibilidades de escuta e intervenção no contexto do Serviço de Convivência, considerando os fundamentos e a técnica dos grupos operativos, ocorrem não apenas durante as rodas de conversa e as oficinas de artes, mas a cada instante: na chegada dos participantes, nos intervalos ou na saída. Nesses diferentes momentos, fervilham oportunidades; durante um passo de dança ou na escolha de uma música, manifestam-se ou explodem reações. Podemos dizer que, nesses variados momentos, as afecções dos corpos desenhavam um vórtice de afetos no qual a potência desses corpos/sujeitos podem ser aumentadas ou diminuídas e o sofrimento atrelado a violências ou injustiças sociais entra roda e solicita mediações dos profissionais envolvidos que podem operar na sua transformação.

*Situação 1: Um passo de dança e a escolha de um Rap: “eu quero a ‘lembrança’ e não a ‘tragédia”*

O cenário inicial no qual estamos (oficineiro de dança, psicólogas, adolescentes e jovens) é uma oficina de dança de rua na qual os elementos da cultura Hip Hop são apresentados. Entre um passo de dança e a escolha de rap, o grupo diverge entre duas músicas: a maioria sugere a “tragédia”. Uma das integrantes vota em “lembranças”. Voto vencido para a primeira música e, segundos depois, uma garota empurra a outra que, por sua vez, grita. Uma discussão começa. Acalmados os ânimos, nos sentamos em roda pra conversar sobre o ocorrido. O grupo se mobiliza para esclarecer os fatos. Pedimos às duas garotas que protagonizaram a discussão, relatarem o que se passou: a primeira delas explica que foi empurrada porque votou na música “Tragédia”. A outra diz que só empurrou os ombros da colega, pois queria a música “Lembrança”. Perguntamos então sobre as músicas, sobre o que falavam e uma terceira integrante do que grupo dispara a cantar. Seu canto silencia a polarizada discussão. Ela canta toda a letra da música “Tragédia”. Todos nós ouvimos o Rap. Seus versos contam a história de um casal que se conhece durante uma cena de atropelamento, depois se apaixonam, casam-se e esperam um filho. Na letra da música, a felicidade é interrompida por um assalto e uma bala que tira a vida da mãe, deixando um bebê e um pai viúvo que expressa seu sentimento em relação ao nascimento do filho: “...então ele nasceu, em uma cena cruel/Filho, eu te amo aqui na terra e sua mãe no céu” (grifos da autora).

Enquanto ouvimos a letra, suspeitamos e depois compreendemos que todo o episódio conflitivo se tratava da elaboração de uma experiência recente, que compreendemos na presente análise, como “uma tarefa implícita” que impactava o grupo: a morte do pai de uma das integrantes que fora brutalmente baleado na porta de sua casa. Durante esta intervenção, propomos um momento para elucidar o conflito ocorrido e uma das colegas arriscou uma explicação: “ela não queria essa música porque o pai dela morreu!”. Perguntamos sobre o que dizia a outra música, intitulada “lembranças”. Uma terceira colega rapidamente busca a letra no youtube. Compreendemos que o Rap foi construído a partir do ponto de vista de um adulto que mora na favela e recorda seu tempo da infância, a letra diz: *“lembrei daquela sexta-feira/Pé descalço e poeira/Menino que se achava dono da quebrada inteira/Dibicando pipa, saudade dessa idade/Nunca tive nada, mas tinha minha vaidade...Quem olha pro meu troféu não vê minha cicatriz...”*. (grifos da autora).

A integrante do grupo que perdera o pai, conta que ele ouvia muito essa música, era uma de suas preferidas. Ela chora. Seu choro parece intermediar a discussão. Parece elucidar por que ela havia empurrado com violência a colega, defendendo a escolha da música intitulada “Lembrança”. Nos trechos desta música é possível perceber que se trata de recuperar as boas memórias do pai, a música que ele gostava e que também falava de momentos vividos na infância, do voo da pipa, das expectativas e sonhos que não se cumpriram e

das marcas e cicatrizes que ele carregava em sua história. Comprendemos que a escolha das músicas e a discussão gerada em meio a esta escolha permitiu a garota que perdera o pai e ao seu grupo, expressar a perplexidade diante de um contexto social marcado por violências que irrompem nas ruas do bairro, na porta de suas casas, na pele dos seus familiares. A intermediação ou facilitação da psicóloga nesta situação, permitiu inicialmente que o grupo acolhesse o choro e a dor dela e, noutros momentos, permitiu falar destes problemas sociais.

Podemos dizer que partimos de uma tarefa explícita, naquele momento da tarde, que era conhecer a cultura hip hop, mas nitidamente compreendemos que a “tarefa implícita” foi desenvolvida: a expressão da impotência em um contexto de violência em que essa adolescente e seus colegas buscavam alguma possibilidade de ressignificar a experiência de dor e da perda do pai da colega de grupo, no contexto de acerto de contas do tráfico.

A tarefa grupal se esboça inicialmente no corpo angustiado que grita, empurra o outro, “passa ao ato<sup>5</sup>” (acting out) e consegue externalizar seu sofrimento em forma de dor infligida ao outro. Somente pôde ganhar significação, mais adiante, no corpo da música e na aparente disputa de

5 Acting out é um conceito criado por Freud designa ações que apresentam, quase sempre, um caráter impulsivo, relativamente em ruptura com os sistemas de motivação habituais do sujeito, relativamente isolável no decurso de suas atividades e que toma muitas vezes uma forma auto e hetero-agressiva. O sujeito passa inconscientemente ao ato (Laplanche, 2001).

sentidos: a marca que fica terá sido a tragédia ou as boas lembranças? Nos parece que, neste contexto, ocorreu a superação de uma situação dilemática na qual o grupo aparentemente disputava o poder de decidir determinada música e, que ao ser convocado a interrogar os motivos “do empurrão”, buscando compreender a situação vivida, transformou-se em um momento dialético. Nesse sentido, o grupo pôde ampliar e construir um novo sentido a partir do conflito inicial, construir outras narrativas e entendimentos, desdobrando outras interações quando por exemplo, as colegas pesquisam o tema da música, tentando oxigenar a discussão. Pôde também, inaugurar outro modo de comunicação ao pesquisarem os significados das músicas ou quando se dirigem a garota que chora por perder o pai e a abraçam. Assim, um cenário mais acolhedor é desenhado com e por elas. Os afetos trazidos pela ação de empurrar e agredir, ao serem mediados e acolhidos na roda, ganharam a condição de um “emergente grupal”, ou seja, aquilo que emerge numa situação grupal e que se enche de sentido podendo levar o grupo a pensar (PICHON, 2008). Assim, o empurrão/gesto e a música que ora foi o objeto desencadeador da discórdia, ao ser tomado em consideração pelos integrantes do grupo pôde se constituir em um “emergente mediador”, ou seja, um “fenômeno/objeto” que indaga as relações e as ações do grupo, explicitando o que antes estava implícito e ao mesmo tempo permite o movimento em direção ao enfrentamento da tarefa implícita e

a construção de sentidos solicitada por ela. Os profissionais da psicologia ao facilitarem a expressão e transformação de um conglomerado de afetos, contribuíram com os integrantes do grupo no sentido de movimentar/operar de forma dialética; Tal movimento, possibilitou a circulação da palavra e a partilha de experiências individuais relativas ao “assassinato/morte do pai” de uma das integrante, e, ao mesmo tempo, coletivas e sociais, pois dizem respeito aos medos, angustias e sentimento de impotência do grupo diante da violência presente nas engrenagens do tráfico de drogas.

Situação 2: *Invasão ou ocupação?* – Interrogações sobre o direito ao território.

O cenário vivenciado ocorre no contexto da oficina de artes plásticas, música e dos grupos socioeducativos facilitados por uma das psicólogas que atuam no Serviço. O grupo se prepara para uma atividade de carnaval no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS no contexto de uma oficina de artes plásticas preparando adereços para participarem do carnaval: entre a confecção de um estandarte e das máscaras conversávamos sobre a história do carnaval e de como sua origem estava relacionada às múltiplas apropriações que cidadãos comuns e depois artistas faziam nas ruas e arenas, em países reconhecidos historicamente como berços destas manifestações festivas nos espaços públicos, a exemplo da Grécia, Veneza e Paris. Conversamos, também, sobre o uso das máscaras em alguns países e de como elas estimulavam a imaginação das pessoas ganhando

diferentes sentidos. Na Itália, por exemplo eram utilizadas pelos “bobos da corte” e permitiam revelar ou ocultar sentimentos e ideias muitas vezes dirigidos aos nobres que de maneira injusta tratavam seus súditos. Neste diálogo, mencionamos nos últimos anos, a retomada dos blocos de rua nas grandes cidades e o carnaval feito por membros das escolas de samba. Abordamos a ideia de que todo bloco ou escola apresenta um tema e que este norteia a construção musical, a feitura dos adereços e no caso dos blocos pode estar até mesmo relacionada a escolha dos itinerários na cidade. Por meio do acesso aos vídeos de domínio público, no you tube, apresentamos um samba enredo e pedimos que eles identificassem o tema abordado. Os participantes localizaram que os autores do samba falavam de uma cidade litorânea do Nordeste, da saudade de outras terras e de outros tempos, de pessoas e do que estava no “além mar”. A música mencionava caravelas e perguntamos de quem seriam. Os jovens foram ouvindo e hipotetizaram que estavam a falar de pessoas que tiveram que mudar de suas terras, talvez também dos portugueses quando chegaram ao Brasil. Neste momento, perguntamos se o samba enredo abordava algo que se aproximava do que viviam. Eles comentam sobre o processo de ocupação<sup>6</sup> do bairro em que moram, mencionam que já moraram no bairro onde realizamos as nossas atividades, mas tiveram que se mudar. Um debate foi se estabelecendo. Argumentos emergiram: uns

---

<sup>6</sup> Ocupação

defenderam que os pais compraram suas terras no novo bairro, outros brincaram dizendo “tem gente que fala que a terra é roubada”. Outro integrante argumenta enfaticamente: “então os portugueses roubaram também, pois aqui já existiam os índios”. Alguns colegas concordaram.

Nestes diálogos, percebemos que estávamos a falar sobre matrizes culturais do povo brasileiro, território, direitos, apropriação de espaços públicos e processos migratórios. Neste dia, identificamos que poderíamos desenvolver com eles, num momento posterior, a reflexão sobre os processos de ocupação e de gentrificação, processo pelo qual determinadas populações são empurradas para regiões mais distante e desprovidas de infraestrutura urbana básica, tais como: saneamento, água, luz, transporte público.

Deste modo, nos grupos socioeducativos subsequentes, os adolescentes e os profissionais puderam iniciar uma discussão sobre como tais diferenças em sua ocupação e apropriação levou aos mais variados e excludentes processos de urbanização, discutindo as restrições de acesso aos direitos para diferentes populações: aos indígenas que já habitavam o continente, aos imigrantes europeus que vieram para o Brasil em períodos pós-guerra, aos africanos que foram trazidos como escravos e outras condições precarizadas de vida e de trabalho, como as das populações de países latino americanas que migram para o Brasil e se submetem a diferentes tipos de situações exploratórias, em busca de condições mais dignas de vida. A partir dessas



discussões, compuseram uma marchinha que versava sobre a importância de promover direitos em diferentes territórios da cidade, essa foi levada na atividade de carnaval no CRAS.

Nestes contextos grupais, os profissionais que atuam como facilitadores e/ou coordenadores de grupos no SCFV e os participantes desses grupos são convocados a uma modalidade de ação e interação que é permeada por uma atitude reflexiva e inventiva que busca facilitar ou promover três dimensões neste campo de relações: o sentir, o pensar e o agir (CASTANHO, 2007). A ação dos coordenadores-facilitadores do grupo será a de sustentar uma atitude observadora e acolhedora, construindo intervenções pontuais por meio de um silêncio, de um gesto ou de palavras que promovam o desenvolvimento e a integração dessas dimensões.

A capacidade de acolher e “escutar” o que emerge do grupo, como questionamentos, gestos e até comportamentos agressivos que muitas vezes reproduzem a violência anteriormente sofrida, será determinante na abertura de espaços genuinamente comprometidos com a construção de práticas construídas com e não apenas para os participantes. Arriscamos dizer que esta capacidade será determinante para abrir frestas em direção ao autoconhecimento destes participantes e de suas relações grupais, ao movimento dialético que pode ser constituído.

### **Considerações finais**

A Psicologia tem afirmado seu compromisso social engajando-se na promoção e no fortalecimento de processos de transformação social da realidade, conforme afirmam alguns autores e documentos (BOCK, 2008; GONÇALVES, 2010). Nesse sentido, este texto, ao visibilizar as possibilidades da atuação da psicologia em grupos nessa importante atividade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), almeja contribuir com a construção de saberes e fazeres no âmbito das políticas públicas existentes na área da Assistência Social. Compreendemos que o presente relato parte de um compromisso ético e também político, pois descreve movimentos de acolher questionamentos, sustentando espaços dialógicos e reflexivos em direção à superação de formas de comunicação violentas e ampliação das potencialidades e capacidade de comunicar e conviver dos participantes.

Ao refletir sobre as possibilidades de atuação do psicólogo no contexto do SCFV em sua interação com os adolescentes e jovens é possível dizer que tal atuação solicita três importantes movimentos: acolher sentidos e reconhecer as singularidades e as formas de expressão do grupo; atentar ao entrecruzamento destes sentidos e os contextos sócio-históricos e operar como facilitador no processo de resignificação de afetos e experiências cotidianas. No caso dos profissionais da Psicologia, é perceptível a importância de

interrogar e descrever práticas comprometidas com a possibilidade de construir momentos favoráveis a expressão da subjetividade (afetos, valores, modos de ser), da transformação do sofrimento por meio de mediações que potencializem as relações.

Nesse contexto, portanto, é importante não perder de vista a existência de movimentos dilemáticos e dialéticos bem como as possibilidades contidas de estimular a superação do primeiro movimento em direção ao segundo. Deste modo, a atuação do psicólogo poderá incidir na dinâmica das interações entre os participantes, construindo com eles formas mais acolhedoras e reflexivas que reverberem sobre a capacidade de transformar e ressignificar experiências, ativando outras modalidades de relacionamento interpessoal: mais tolerantes, generosas e acolhedoras, ou seja, que promovam a convivência com o outro. Deste modo, sua atuação poderá contribuir com a construção ou fortalecimento de vínculos entre os participantes, na construção de espaços reflexivos que favoreçam também modos mais solidários de afetar e ser afetado.

A partir destes cenários descritos e da reflexão sobre eles, pode-se afirmar que a atuação de profissionais da Psicologia e os conhecimentos sobre os modos de funcionamento grupal, podem comparecer cada vez mais na construção de práticas dialógicas no contexto da Proteção Social Básica na Assistência Social e na promoção do direito ao território, à convivência comunitária de adolescentes e

jovens inseridos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Referências

AFONSO, M. L. Oficinas em dinâmicas de grupo: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BOCK, A. M. B. Psicologia Social. In: Psicologia (s): uma introdução ao estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil, 1988. (1988, 05 de outubro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Lei nº 7.742. Brasília, DF. (1993, 7 de dezembro). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/18742.htm>. Acesso em 20 de novembro de 2022

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. (2004, novembro) Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social.

BRASIL. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: passo a passo.** (2013, abril). Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF.

BRASIL. **Resolução N° 109, de 11/11/2009 – Conselho Nacional de Assistência Social CNAS.** (2009, 11 de novembro). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Disponível em: < de <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-deservicos-socioassistenciais>.> Acesso em 15 de novembro 2021.

BRASIL. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF** – Resolução n° 109. Brasília, DF, 2009.

CARNIEL, I. C. Possíveis intervenções e avaliações em grupos operativos. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 9, n. 2, p. 33-38, dez, 2008. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702008000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702008000200006&lng=pt&nrm=iso).>. Acesso em janeiro de 2022.

CASTANHO, Pablo de Carvalho Godoy. O momento da tarefa no grupo: aspectos psicanalíticos e psicossociais. **Revista da SPAGESP.** Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702007000200003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702007000200003&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

GONÇALVES, Maria das Graças M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

LANE, S. T. M. **O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, S. E. **Percursos de participação social e política de jovens: percursos e experiências Educativas**. (Dissertação de mestrado). Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PEREIRA, T. T. S. O. Pichon-Rivière, a dialética e os grupos operativos: implicações para pesquisa e intervenção. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 14, n. 1, p. 21-29, 2013 . Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702013000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702013000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 março de 2022.

PICHON-RIVIERE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 de novembro de 2021.

SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOARES, S. M. e FERRAZ, A. F. Grupos operativos de aprendizagem nos serviços de saúde: sistematização de fundamentos e metodologias. Esc Anna Nery **Revista Enferm**, mar; 11 (1): 52 – 7. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-81452007000100007>>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

TOROSSIAN, S. D. & RIVERO, N. E.. Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: Cruz, L. R. & GUARESCHI, N. **Políticas Públicas e Assistência Social**: diálogo com as práticas psicológicas. (p.p. 56-69). Rio de Janeiro–Petrópolis: Vozes, 2014. (Coleção Psicologia Social).

## **JOVENS MULHERES E FEMINISMO**

Lucélia de M. B. Bassalo

a juventude não é progressista  
nem conservadora por índole,  
porém é uma potencialidade  
pronta para qualquer  
oportunidade (MANNHEIM,  
1973, p.41)

### **Ponto de partida**

O campo de estudos sobre juventude no Brasil, tem se tornado fecundo e produtivo na última década. Pesquisas em diferentes áreas do conhecimento e sob diferentes perspectivas epistemológicas e metodológicas tem se realizado de norte a sul do país e, especialmente na área de educação, são poucos aqueles que se lançam em investigações que dão relevo as mulheres ou as jovens e menos frequentes ainda são os estudos que se voltam para a relação entre jovens mulheres, o feminismo e suas dimensões educativas.

A escritura deste texto se inscreve nesse espaço não ocupado e resulta do convite do Prof. Dr. Victor Nedel para ministrar uma das aulas que se realizou com o mesmo título que nomeia este capítulo, no curso de extensão “Temáticas Emergentes em Juventudes”, uma atividade coordenada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação (GEPJUVE/UFRGS).



Aceitar o convite me fez mobilizar conceitos e teorias no campo de estudos sobre juventude e no campo de estudos sobre feminismo, assim como me remeteu a reflexão sobre o que tem me chamado atenção recentemente: a adesão de jovens mulheres ao antifeminismo. É importante ressaltar que não me proponho a esgotar o debate em torno da juventude feminista, mas converter a partilha de inquietas reflexões que moveram as trocas com o grupo, em texto escrito.

O texto se organiza na interseção de três elementos: a) as jovens feministas compõem um grupo geracional onde transitam significados construídos, apropriados ou recusados na medida em que se relacionam com pessoas de sua própria geração, com pessoas de outras gerações e com o mundo em que estão inseridas; b) o movimento feminista é a forma de associação plural que assume o lugar de denúncia, luta e oposição aos sistemas de opressão das mulheres e alcança jovens mulheres; c) a ascensão da retórica antigênero e antifeminista incide e obtém a adesão de jovens mulheres.

Considerando essa articulação a intenção deste manuscrito é tecer considerações em torno das jovens mulheres que se identificam como feministas, tomando como base o conceito de gerações na perspectiva manheimiana.

### **Entre heranças, partilhas e proposições**

O entendimento de que as jovens feministas compõem um grupo geracional parte da compreensão de que as

definições de juventude que a tomam como uma faixa etária, uma fase da vida e ou como geração do futuro criam uma dinâmica de negação de sua inscrição no presente, uma vez que tais interpretações desconsideram que recebem, reproduzem e produzem significados e sentidos que atravessam sua trajetória. Assim como já anunciou Dayrell (2003), ser reputada como alguém que virá a ser, como o que será, como devir, anula a possibilidade de compreender as experiências das jovens e como as vivências refletem sobre sua formação, seus modos de ver a realidade, obscurecendo inclusive as demandas que lhes instigam no momento presente.

Além disso, a percepção de que a juventude é composta por pessoas que ainda não são porque são pessoas em construção do adulto que se tornarão, ou seja, estão em uma etapa de preparação para a vida adulta, parte de uma matriz de interpretação adultocêntrica. Este aspecto cria uma falsa oposição entre as pessoas jovens e as pessoas adultas, como se a vida juvenil e adulta estivessem apartadas e a convivência em bases igualitárias não fosse possível como apontado por Duarte Quapper (2000) e Taguenca Belmonte (2009; 2016).

Neste sentido o emprego da definição de grupo geracional baseia-se na Teoria das Gerações proposta por Mannheim (1993) ao demonstrar a relação existente entre “posição”, “conexão” e “unidade” geracional. Nesta compreensão, o pertencimento a uma geração não se dá

exclusivamente pela “posição” que a data de nascimento revela e que a define do ponto de vista de sua exigência biológica. Sobretudo se refere a “conexão” das experiências vividas e compartilhadas em determinado contexto histórico-social com outros que estão na mesma posição geracional, ou seja, a conexão geracional dimensiona a existência na medida em que revela a relação ou o “vínculo concreto, uma participação em uma prática coletiva” (Weller, Bassalo, 2020, p. 395).

Enquanto a posição geracional indica uma possibilidade, a conexão geracional remete aos elos, aos nexos que conduzem a participação, a fazer parte de algo, a compartilhar sentimentos e interpretações. Neste processo se formam grupos menores, as unidades geracionais, onde estreitam-se ainda mais as possibilidades de vivências particulares e comuns, ou seja, o movimento de identificação e partilha de sentidos e significados favorece a composição de diferentes unidades geracionais em uma mesma conexão geracional.

Além disso, e ainda considerando a perspectiva manheimiana, deve-se considerar a convivência de gerações diferentes, em um mesmo tempo histórico. Para explicar esta situação, Mannheim (1993) utiliza de Wilhelm Pinder<sup>1</sup> o termo “não contemporaneidade do contemporâneo” como forma de entender que a circulação de significados peculiares de uma geração, acaba atingindo outras, dando indícios

---

<sup>1</sup> Historiador da arte que discutia o aspecto geracional nas artes.

assim do modo como se desenvolvem os processos de aquisição cultural, de sentidos que se não foram formulados pela geração mais nova, se tornam um legado, a herança cultural que se estabelece entre as gerações.

Porém, superando a armadilha da reprodução, Mannheim (1993) nos lembra que a "criação e a acumulação de cultura não se realizam pelos mesmos indivíduos" (p. 211) pois a todo tempo irrompem novas gerações, distantes da formulação inicial e do seu sentido original. Como membros da nova geração, serão responsáveis por estabelecer relações com o que foi produzido pela geração anterior, questionando, modificando, negando, produzindo algo novo e quiçá totalmente original.

Assim, ao reconhecer que diferentes gerações convivem no mesmo tempo cronológico, o autor identifica também que isto não garante uma condição homogênea, dado que não vivem e não veem o mundo da mesma maneira pois "cada momento do tempo é propriamente uma esfera temporal que tem várias dimensões, pois é sempre acessada a partir da diversidade dos entendimentos de cada um dos estratos geracionais específicos" (Mannheim, 1993, p. 200).

As jovens mulheres que se identificam com o feminismo situam-se justamente neste lugar: herdar, aceitar, questionar, produzir. O feminismo é um movimento de mulheres, de cunho político que se opõe e denuncia os sistemas de opressão patriarcais e conjuga diferentes vertentes, formas de agrupamento e militância. Como lembra

Pitanguy (2003) o feminismo parte de uma organização com base na solidariedade entre mulheres e na estratégia de tornar pública suas reivindicações. Ser feminista é um modo de estar no mundo como mulher, com as mulheres e na luta pelo reconhecimento das mulheres como sujeito de direitos irrevogáveis.

Desde a associação com movimentos populares em torno de moradia, transporte, creches e educação (Corrêa, 2001), passando pelas discussões das esferas do público e privado (Costa, 2005), o feminismo brasileiro é marcado historicamente pela luta, conquista e defesa dos direitos das mulheres, pela atuação em direção a construção de uma agenda pública no campo de gênero, pela articulação para obtenção de tratados e convenções em prol dos direitos das mulheres (Prá; Epping, 2012).

Como movimento social o feminismo se move, se modifica, se divide, se articula, se reconfigura o que garante a sua existência ao longo das décadas, conforme argumenta Gonçalves (2016). Segundo a autora este movimento é descontínuo e ao mesmo tempo permanente porque muitas reivindicações não foram atingidas plenamente. Há muitos aspectos dos sistemas de opressão que persistem e se combinam com outros, como a violência doméstica e o feminicídio que perduram apesar da publicação de leis e sistemas governamentais de proteção, de amparo das mulheres. Para a autora o feminismo “tem sido capaz de mobilizar mulheres de diferentes idades, do campo e da

cidade, de todas as classes sociais e credos religiosos, solteiras e casadas, com e sem filhos, escolarizadas ou não” (Gonçalves, 2016, p.344) justamente porque o patriarcado, o machismo, o sexismo, a misoginia, continuam presentes no cotidiano.

### **Seguindo a trilha das jovens feministas**

A emergência de um grupo geracional atento as demandas em torno das mulheres me conduziram ao estudo sobre jovens mulheres que desenvolveram uma militância feminista em ambiente virtual, por ocasião de meu doutoramento no Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Wivian Weller, intitulada “Entre sentidos e significados: um estudo sobre as visões de mundo e discussões de gênero de jovens internautas” e defendida em 2012.

Neste estudo a militância das jovens mulheres se delineou em um ambiente virtual, um *blog* que era um espaço online muito potente na primeira década do século XXI. O surgimento deste ambiente revolucionou a interação via web e, com a característica de ser um diário virtual não demorou para favorecer a criação de páginas desde individuais e pessoais até comunidades em torno de um interesse (Oliveira, 2008). Na pesquisa, além de ser considerado como *locus* da pesquisa, o *blog* foi examinado como um ambiente estratégico de aproximação, relacionamento ou agrupamento de jovens

mulheres, que se identificavam com o feminismo no Brasil, naquela época (período de 2008 a 2010).

O *blog* foi selecionado para a pesquisa por apresentar como singularidades a) ter sido proposto por jovens mulheres participantes de um evento para jovens feministas; b) ser organizado e mantido por elas durante todo o período em que se deu o acompanhamento; c) recusar a heteronormatividade e defender a igualdade de gênero; d) manifestar o interesse de promover a aproximação com mulheres jovens, interessadas ou identificadas com o feminismo, de diferentes estados do Brasil e, e) utilizar o ambiente virtual como um instrumento para compartilhar informações diversas, divulgar a agenda de atividades feministas tanto suas quanto de outras associações feministas, assim como tornar público suas interpretações e posicionamentos diante de temas feministas.

A intenção manifesta do *blog* era o de ser uma agência de notícias que possibilitasse o encontro, a partir de um ambiente virtual, com outras jovens que tivessem a mesma posição quanto a conquista e defesa dos direitos das jovens mulheres. Neste sentido assumia o sentido de ser uma estratégia de comunicação e ao mesmo tempo de conexão com outras meninas por meio da internet. O *blog* nomeado como *dialogoj* - “Diálogo Jovem: uma agência de notícia jovem e feminista” pretendia dar visibilidade a posicionamentos, a atuação de suas participantes e socialização de informações ou documentos relacionados a ABJF - Articulação Nacional de Jovens Feministas.

Por meio do *dialogoj* socializavam suas ações, traziam informações de atividades e eventos feministas, bem como revelavam suas visões de mundo. Assim, as jovens da ABJF, utilizaram a rede de computadores para promover o feminismo, propiciar identificações com as causas que apontavam como integrantes de um grupo geracional. Naquele momento o acesso a internet via computador e por meio do *blog* possibilitou novas formas de contato entre as meninas. Esta dinâmica me levou a questionar sobre os significados que transitavam entre elas e a partir desta forma de sociabilidade virtual.

Entre as informações imagéticas e textuais que compuseram o corpus da pesquisa e estavam disponíveis no acervo dos *posts* do *blog*, destaco neste texto, dois documentos: a “Carta de Princípios da Articulação Brasileira de Jovens Feministas” e o “Posicionamento Político da Articulação Brasileira de Jovens Feministas sobre as eleições do Conjuve”, de 2008 e 2009 respectivamente, como dados que revelaram suas visões de mundo quanto a ser uma jovem na militância feminista e ser uma mulher na militância da juventude.

No primeiro documento, a “Carta de Princípios da Articulação Brasileira de Jovens Feministas”, as jovens assumem o compromisso com a militância feminista, ou seja, aceitam e reconhecem a produção das gerações de feministas que lhes antecedeu, validando suas reivindicações e se comprometendo com a atuação do movimento. Entretanto,



acrescentam que assumem como tarefa “dar visibilidade a pauta das mulheres jovens nos movimentos feministas e nos movimentos de juventudes”. Ou seja, lidam com os significados já construídos, mas reivindicam o reconhecimento de seu lugar como feministas.

Além disso, neste documento a ABJF se define como rede plural composta por mulheres de todas as raças, de diferentes orientações sexuais, moradoras da cidade, de zonas rurais, integrantes de povos tradicionais, entre outros marcadores que demonstram a diversidade de sua composição. Ademais demonstraram atenção com as demandas de seu tempo, situando-se contra o racismo, o capitalismo, o patriarcado, a lesbofobia, a visão adultocêntrica e declararam não ter vínculo com religiões, igrejas, hierarquias ou governo.

Com a mesma postura de anunciar o lugar que ocupam, o documento “Posicionamento Político da Articulação Brasileira de Jovens Feministas sobre as eleições do Conjuve 2009”, mostra o quão estavam atentas ao processo de dominação de gênero. No texto se manifestam contra a invisibilidade da demanda das mulheres nas políticas de juventude e são enfáticas ao requerer um lugar no debate sobre juventude, como se pode ler no trecho: “Reivindicamos uma política pública de juventude que considere e reconheça as jovens mulheres como sujeitos pensantes, propositoras e parceiras na implementação de políticas públicas”.

A análise dos dois documentos demonstrou que se por um lado as jovens feministas se posicionaram criticamente no movimento feminista, articulando o feminismo com a luta contra o racismo, a lesbofobia e o adultocentrismo e solicitaram o reconhecimento das suas formas de atuação, interpretação e demandas como jovens, por outro denunciaram o sexismo como elemento das relações que se delineavam no interior da militância e organização juvenil, cobrando o reconhecimento de sua atuação e a visibilidade de suas reivindicações como mulheres.

Neste momento retomamos a perspectiva manheimiana de que, no caso desta investigação, as jovens convivem com membros de sua própria geração e com pessoas de outras gerações. Neste sentido, as jovens feministas do dialogoj, enquanto unidade geracional desenvolvem uma militância que tanto confronta o machismo no seio da militância de juventude quanto enfrentam a desvalorização da sua condição de ser jovem na militância feminista, estabelecendo uma dinâmica de recusa da universalidade do sujeito e rejeição da universalidade da mulher, assumindo nos dois momentos, atitude de denúncia, provocação e reivindicação do espaço de fala e luta.

Anos depois, entre 2015 e 2016, vi a emergência de grupos de feministas jovens na forma de coletivos e movimentos, na universidade em que atuo<sup>2</sup> no estado do Pará. Vi irromper e pulsar debates e manifestações contra o

---

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Pará - UEPA

patriarcado, o machismo e a misoginia liderados por jovens mulheres estudantes da graduação. Naquele momento me chamou atenção o fato de que a “aprendizagem” sobre o feminismo se dava via redes sociais e poucas meninas tinham contato com a história do feminismo no Brasil ou em Belém.

Eu estava diante de uma real lacuna na transmissão da herança cultural no âmbito do feminismo. Reunidas a partir da identificação de agressores, formavam grupos de jovens estudantes que denunciavam pelas redes sociais, diferentes formas de assédio e violação dos direitos das mulheres nas salas de aula, corredores e banheiros da universidade. Ao mesmo tempo mantinham uma forte atuação presencial, realizando atividades como rodas de conversa onde acolhiam experiências pessoais e refletiam sobre encaminhamentos possíveis. Essa movimentação que inicialmente acontecia no campus da capital, foi se estendendo para outros situados no interior do estado. Este movimento propiciou a criação de outros grupos em outros municípios e ainda potencializou o interesse pelas temáticas do feminismo.

O estudo das reverberações deste contexto se desenvolveu no âmbito do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação e Sociabilidades - JEDS, sediado na Universidade do Estado do Pará - UEPA por Ana Daniele Mendes Carrera. Ela defendeu em 2019 a dissertação intitulada “Futuras professoras e feministas: a construção de uma docência voltada à equidade de gênero”, no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará

e orientada por mim. Em seu estudo ela intencionou entender como as jovens mulheres feministas universitárias e estudantes de licenciatura de universidades públicas no Pará se reconheceram como feministas, como ser feminista impactou a visão de mundo que tinham e como incidiu sobre seu entendimento das relações de gênero e de seu lugar como docente.

A pesquisa reuniu as narrativas de sete jovens mulheres, universitárias feministas, de quatro movimentos estabelecidos nas universidades públicas do estado. A interpretação do sentidos e significados que atravessavam suas falas possibilitou a pesquisadora, identificar três modelos de orientação que norteavam a atuação das jovens que foram nomeadas como: a) “educação de mulheres” que pautava a compreensão em torno do ambiente familiar e social e sua forma de lidar com o fato de ser mulher na sociedade; b) “educação feminista” que se refere aos modos de envolvimento com o feminismo e o seus efeitos na articulação de conhecimentos do âmbito acadêmico e feminista; c) “educação para a equidade de gênero” que concerne aos compromissos assumidos no enfrentamento das desigualdades de gênero, em decorrência dos conhecimentos adquiridos nos coletivos feministas e que ecoaram sobre a dimensão educativa de sua atividade profissional, a docência.

As duas pesquisas possibilitam o entendimento de que com ou sem uma expressa linha de continuidade entre as feministas de gerações diferentes, o feminismo se mantém

vivo na medida em que as antigas demandas por respeito, valorização, dignidade, reconhecimento e igualdade continuam como demandas atuais das jovens mulheres. A militância seja em ambiente virtual ou presencial ou nas duas, converge para a reflexão, crítica e produção de sentidos motivados por uma causa comum que é a defesa dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero.

### **Buscando a trilha das jovens antifeministas**

Mesmo que o cotidiano seja atravessado todos os dias por notícias que indicam que o patriarcado ainda persiste como princípio ordenador e estruturante das relações entre homens e mulheres e que Olympe de Gouges (2014) tenha, em 1791, conclamado as mulheres para lutarem pela igualdade na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, pode-se perceber a emergência de posicionamentos contrários as pautas feministas.

Neste momento para refletir em torno dessa percepção, retomo a frase que faz a abertura deste capítulo, “a juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer oportunidade” (MANNHEIM, 1973, p.41), para lembrar que a noção de que, ser jovem, é ser alguém progressista ou inovador, é uma idealização romântica.

A possibilidade de convergir para um lado ou outro está relacionada as experiências e conteúdos culturais que marcam a trajetória da jovem e não está especificamente

relacionada a sua condição juvenil. Tendo isso permanentemente em mente, tenho observado uma nova movimentação na universidade, a de estudantes jovens que se denominam como conservadoras e antifeministas, o que se por um lado me causa estranheza, de outro me provoca como pesquisadora.

Desperta minha curiosidade no sentido de perceber que estamos imersos num tempo em que está em curso uma “contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (Miskolci e Campana, 2017, p. 726). Como estratégia política a contraofensiva circula potentemente na sociedade e logra interesse de jovens mulheres pelo discurso conservador que se situa contra as demandas e críticas feministas, desaprova as políticas de igualdade de gênero e defende a hierarquização como elemento fundante das relações de gênero.

Em termos de constituição do discurso conservador, a posição contrária aos avanços alcançados pelos movimentos feministas conforme demonstra Yannoulas, Afonso e Pinelli (2021), foi se desenhando ao longo dos anos de 1990 no seio da igreja católica. O argumento principal pautava-se no entendimento de que empoderar mulheres e permitir a igualdade de gênero seria atentar contra as instituições valorizadas pela igreja e uma verdadeira ameaça para a família natural tradicional.

É justamente a partir desta ideia, ameaçar a família patriarcal, que argumentos são construídos em torno da defesa do papel tradicional da mulher e a formulação de um “novo feminismo”, que respeitassem o determinismo biológico em que mulheres e homens têm lugares sociais diferentes e supostamente complementares” (Yannoulas, Afonso e Pinelli, 2021, p.73).

Sem me ater a este debate, que não é a intenção primeira deste texto, penso que é relevante perceber que as posições inicialmente delineadas em Roma, atravessaram oceanos e se espalharam por todos os continentes, reverberando e constituindo toda uma retórica antigênero e antifeminista. Seus argumentos são sustentados e disseminados por diversos grupos de conservadores, sejam religiosos ou de outros setores, reunidos em torno do compromisso de ratificar o sistema patriarcal e corrigir, para retomar, o sistema de privilégios típicos de uma sociedade patriarcal, branca, cisheteronormativa, excludente e sexista, assim como coloca em cheque a democracia que inclui, que respeita, que valoriza conforme já demonstraram em diferentes aspectos Junqueira (2017, 2018), Reis e Eggert (2017), Birolli (2019) e Seffner (2020).

Considero relevante também mencionar a publicação do livro “The Gender Agenda: Redefining Equality” de Dale O’Leary em 1997, que vem sendo considerado uma bíblia antifeminista. Patternotte e Kuhar (2018) esclarecem que essa publicação resultou de um movimento no Vaticano entre

religiosos, ativistas e intelectuais, para entender as recomendações advindas dos eventos no Cairo (Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento) e em Pequim (Conferência Mundial sobre as Mulheres). Os autores afirmam que ela como ativista, se tornou influente atuando fortemente como jornalista pró-vida.

Como último ponto penso que devemos lembrar a partir de Sohiet (2008) que o antifeminismo não é um tema novo no Brasil. Segundo ela, desde os idos dos anos de 1960, a “presença do antifeminismo entre mulheres de diferentes segmentos sociais” (p.191) pode ser identificada. Citando Adalgiza Nery, Daniela Thomas, Neusinha Brizola entre outras como “mulheres intelectualizadas”, localiza em suas alegações e defesas da mulher e do feminino, uma reação a atuação feminista. Para ela, naquele período, a “difusão do antifeminismo se deve à dominação simbólica, em que os dominados, no caso as mulheres, incorporam as estruturas segundo as quais os dominantes as percebem” (p.204).

O antifeminismo contemporâneo, segundo Santos, Mottin e Silva (2022) articula-se ao ideário conservador e atualiza as posições das antifeministas de outrora. As autoras indicam que atualmente sua atuação engloba outras frentes de oposição a conquistas de direitos, assim como elaboram táticas ágeis e acessíveis, um consumo rápido e simples, para a propagação de suas visões.

Tendo essas indicações no horizonte de análise do contexto atual, acresço ainda a identificação de um perfil, em



uma rede social, liderada por uma jovem mulher, que oferece cursos (pagos) sobre o feminismo. Na propaganda do curso garante material impresso e aulas gravadas onde constam o repertório necessário para aprender a não cair na armadilha dos argumentos feministas que destroem o “real” e “natural” papel da mulher na sociedade. A propaganda do curso dá a garantia de acesso a “um novo feminismo”, que não põe em risco a família e a relação entre homens e mulheres. É preciso, se colocar a escuta dessas jovens e suas dissonâncias.

### **Considerações Finais**

Antifeminismo e pensamento conservador, não parecem a princípio combinar com juventude, mas como já refletimos, ser jovem é estar na condição de potência. Sobre que condições, seduções e produções estamos falando? Esse ainda é um caminho a ser percorrido.

Vimos, a partir dos elementos de interpretação proporcionados pelo conceito mannheimiano de gerações, o entendimento de que a juventude é formada por diferentes unidades geracionais que são, de toda forma, representativos de um tempo. Muitas questões ainda atravessam esse campo que se não estão diretamente relacionados, atravessam a existência das jovens mulheres.

Um destes aspectos se refere a circulação de discursos misóginos disseminados nas redes sociais e em diferentes ambientes virtuais. Carecemos de estudos sobre o discurso

de ódio dirigidos a jovens mulheres, seus efeitos sobre as vítimas, estudos que revelem as dinâmicas de formação de jovens que circulam na *manosphere*<sup>3</sup>, a ação dos *incels*<sup>4</sup>, red pill. Sobre jovens que se dedicam a agredir mulheres em ambiente virtual e organizadamente invadem páginas e perfis por meio de táticas misóginas dirigidas a mulheres que avaliam serem, supostamente, mulheres fora do padrão. A “fora do padrão” entenda-se um sem número de significados, rotulações, preconceitos e situações que classificam negativamente mulheres.

O feminismo enquanto movimento de mulheres de cunho político tem numerosos desafios que põe como questão urgente a necessidade de reconhecimento de novas formas de atuação feminista, adicionar as novas demandas originadas nas organizações feministas juvenis às antigas, ficar atento as novas formas de violação dos direitos da mulher, uma vez que são as jovens mulheres feministas a maioria dos alvos e ação dos *incels*, das violências virtuais, como o estupro virtual.

Como disse no início, partilhei percursos e percepções sobre jovens mulheres atravessadas pelo feminismo, anunciei desafios e angústias. Mas, me conforta a ideia de que, diante

---

<sup>3</sup> De acordo com Lima-Santos e Santos (2022), essa palavra carrega “o caráter hipermasculino que determinados ambientes virtuais podem assumir na rede foi nomeado com um neologismo: *manosphere*, isso é, a esfera masculina” (p.1088).

<sup>4</sup> Palavra que se refere aos homens que assumem posições misóginas e atitudes hostis em relação às mulheres e atuam na disseminação do ódio em ambientes virtuais Lima-Santos e Santos (2022).

de tantos retrocessos, a insubordinação ao regime do patriarcado se renova, mesmo que as práticas de sujeição se redesenhem. A ética feminista das jovens mulheres me anima e esperança.

### **Referências**

BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia.

**Nueva Sociedad**, v. 1, p. 76-88, 2019.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n.16, p. 13-30, 2001.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.

DUARTE QUAPPER, Klaudio. ¿Juventud o Juventudes?: Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. **Ultima décad.**, Santiago , v. 8, n. 13, p. 59-77, sept. 2000

GONÇALVES, Elaine. Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no

feminismo brasileiro entre 1980-2010. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, n. 7, p. 341-370, 2016.

DE GOUGES, Olympe. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã-França, setembro de 1791. **Em Aberto**, v. 27, n. 92, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de Gênero: A gênese de uma categoria política reacionária ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família tradicional”. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Debates Contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista psicologia política.**, Dez 2018, vol.18, no.43, p.449-502.

LIMA-SANTOS, André Villela de Souza; SANTOS, Manoel Antônio dos. Incels e Misoginia On-line em Tempos de Cultura Digital. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 1081–1102, 2022.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **REIS Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, n.62, p.193-242, abr./jun. 1993.

OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho de. Interfaces Colaborativas e Educação: o uso do blog como potencializador do processo de avaliação. In DIAS, Paulo; OSÓRIO, Antônio José (Orgs). **Ambientes educativos emergentes**, Universidade do Minho: Portugal, 2008.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. " Ideologia de gênero" em movimento. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 503-523, 2018.

PITANGUY, Jacqueline .Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil.In: MONTAÑO, Sonia; PITANGUY, Jacqueline; LOBO, Thereza. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. **El caso de Brasil. Serie Mujer y Desarrollo**, n. 45, 2003.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 33–51, jan. 2012.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros.

**Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n.º. 138, p.9-26,  
jan.-mar., 2017

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; MOTTIN, Karina  
Veiga; SILVA, Amanda da. As cruzadas antigênero,  
antifeminismo, resistências e a disputa pela  
educação. **Dialogia**, n. 41, p. 22300, 2022.

SEFFNER, Fernando. Sempre atrás de um buraco tem um  
olho: racionalidade neoliberal, autoritarismo  
fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica.  
**Práxis Educativa**, vol. 15, e2015010, 2020.

SOIHET, Rachel. Mulheres investindo contra o feminismo:  
resguardando privilégios ou manifestação de violência  
simbólica?. **Estudos de Sociologia**, v. 13, n. 24, 2008.

TAGUENCA BELMONTE, Juan Antonio. El concepto de  
juventud. **Rev. Mex. Sociol**, Ciudad de México , v. 71, n.  
1, p. 159-190, marzo 2009

TAGUENCA BELMONTE, Juan Antonio. Sociología de la  
Juventud, Una revisión. **Espacio Abierto: cuaderno  
venezolano de sociología**, v. 25, n. 3, p. 183-196, 2016.

YANNOULAS, Silvia; AFONSO, Sophia; PINELLI; Lais.  
Propuestas político-pedagógicas neoconservadoras: Falacias

de la “ideología de género” y del movimiento “escuela sin partido”. **Revista “Debate Público. Reflexión de Trabajo Social”** - Artículos Centrales, Buenos Aires/Argentina, año 11, nº 21, 2021.

## **SOBRE AS AUTORAS**

**Ana Luisa Fayet Sallas** é professora Titular do quadro permanente de docentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná e do ProfSocio (Programa de Pós-graduação em Rede Nacional). Tem pós-doutorado em Sociologia no Colégio do México (2012), doutorado em História pela UFPR (1998) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1987). Desenvolve pesquisas nas áreas da Sociologia da Cultura, Sociologia da Juventude, Sociologia da Fotografia e da Imagem. Coordena o Grupo de Estudo Imagem e Conhecimento (CNPq/ 2002). Nos últimos 10 anos tem se dedicado ao estudo e pesquisas no campo da Sociologia das Emoções.

E-mail: [analuisasallas@gmail.com](mailto:analuisasallas@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9928-6771>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7750270371571646>

**Carin Klein** é Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS). É pedagoga pela Universidade La Salle (UNILASALLE) Membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Seus interesses direcionam-se para as temáticas de gênero, maternidade, infância, educação e políticas públicas de inclusão social.

E-mail: [carinklein31@gmail.com](mailto:carinklein31@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1455-4413>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7168696937800022>



**Cérise Alvarenga** é Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, graduada e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é docente na graduação em psicologia no Centro Universitário UNA em Belo Horizonte. Docente colaboradora na pós-graduação/especialização em 'Juventude no Mundo Contemporâneo' (FAJE/BH). Tem experiência na área de Psicologia Social e Clínica atuando em contextos educativos formais e não formais relacionados aos seguintes temas: processos sociais e educativos, políticas públicas em assistência social, educação e cultura.

E-mail: [cerisealvarenga@yahoo.com.br](mailto:cerisealvarenga@yahoo.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3228-5181>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2357764743125534>

**Dirce Djanira Pacheco e Zan** é pedagoga e Doutora em educação pela Unicamp. Atualmente é docente do Departamento de Ciências Sociais e Educação nessa mesma instituição. Foi diretora da FE/Unicamp no período de maio/2016 a maio/2020. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (GPES), membro do GT Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos da Anped e do GT Sociologia da Juventude da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). É bolsista produtividade CNPq. Desenvolve e orienta pesquisas na área da Educação focadas nas relações entre ensino médio, juventude e cultura.

E-mail: [dircezan@unicamp.br](mailto:dircezan@unicamp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3663-2232>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7180508418109437>

**Juliana Ribeiro de Vargas** é Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), Especialista em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação (ULBRA), Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em Educação Física pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Realizou Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências, da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Atualmente, atua como docente da área de Educação de Jovens e Adultos, na Faculdade de Educação (FACED/UFRGS) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UFRGS)

E-mail: [julivargas10@hotmail.com](mailto:julivargas10@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2959-7889>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2953663127121446>

**Lucélia de Moraes Braga Bassalo** possui Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente, é Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará – UEPA no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais. É coordenadora do JEDS - Grupo de Pesquisa sobre Juventude, Educação e Sociabilidades, sediado na UEPA e membro do GERAJU - Grupo de Pesquisa sobre Gerações e Juventude, sediado na FE/UnB.

E-mail: [lucelia.bassalo@uepa.br](mailto:lucelia.bassalo@uepa.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0412-6052>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6941089571024585>

**Maria Elva de Jesus Matos** é Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, Licenciada em Língua e Literatura Portuguesa e Espanhola, pela Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM). Atua como docente de Língua Portuguesa, na Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC/AM).

E-mail: [elvamatos70@gmail.com](mailto:elvamatos70@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6806-267X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7467143144145470>

**Olívia Cristina Perez** é Doutora em Ciência Política (2010) e mestre em Sociologia (2006) pela Universidade de São Paulo (USP). Tem estágio pós-doutoral (2021-2022) no Programa de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO, Univ. Manizales/CINDE, FLACSO, UBA, PUC San Pablo, COLEF, CIPS, UNLa). Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI) vinculada aos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política e ao programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Políticas Públicas. Faz parte do GT Infâncias e Juventudes da Clacso, coordena o CP Movimentos Sociais da SBS e o GT Controles Democráticos da ANPOCS. É representante do Piauí junto à SBPC. Sua área de pesquisa engloba temas como coletivos, participação social, movimentos sociais, feminismos e juventudes em perspectiva comparada com outros países da América Latina. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

E-mail: [oliviaperez@ufpi.edu.br](mailto:oliviaperez@ufpi.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0115776710902545>

**Régia Cristina Oliveira** é Doutora e Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), Realizou Pós-doutorado em Ciências Sociais e em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atualmente, é Docente da Universidade de São Paulo, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP), na graduação e no Programa de Pós graduação em Estudos Culturais. É líder do Grupo de Pesquisa Juventude e Sociedade- USP/CNPq.

E-mail: [re.oliveira@usp.br](mailto:re.oliveira@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2940-8419>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7471523959548681>

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Victor Hugo Nedel Oliveira** é Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estudos de Pós-Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é Professor e Pesquisador no Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Educação – GEPJUVE/UFRGS/CNPq.

E-mail: [victor.juventudes@gmail.com](mailto:victor.juventudes@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5624-8476>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7489113176882485>

**SOBRE AS AULAS**

**CURSO DE EXTENSÃO**  
**“TEMÁTICAS EMERGENTES EM**  
**JUVETUDES”**

Título: JUVENTUDE E ESCOLA - IMPACTOS E SENTIDOS DESDE A PANDEMIA COVID-19

Palestrante: Dirce Zan

Data da realização: 23 de maio de 2023.

Acesso no YouTube:

<https://www.youtube.com/watch?v=U8-FzAzuXU4&list=PLR-NgiMG-cm7leDgHNogpdmhDX2g8BcbM&index=3>

Título: MATERNIDADES JUVENIS

Palestrante: Juliana Vargas

Data da realização: 30 de maio de 2023.

Acesso no YouTube:

<https://www.youtube.com/watch?v=fWcOr50BjNM&list=PLR-NgiMG-cm7leDgHNogpdmhDX2g8BcbM&index=2>

Título: JUVENTUDE(S), EMOÇÕES E AÇÃO POLÍTICA

Palestrante: Ana Sallas

Data da realização: 06 de junho de 2023.

Acesso no YouTube:

[https://www.youtube.com/watch?v=-RsknOAgd\\_o&list=PLR-NgiMG-cm7leDgHNogpdmhDX2g8BcbM&index=6](https://www.youtube.com/watch?v=-RsknOAgd_o&list=PLR-NgiMG-cm7leDgHNogpdmhDX2g8BcbM&index=6)

Título: ADOLESCÊNCIA E CORPO ADOLESCENTE:  
CONSTRUÇÕES BIOMÉDICAS

Palestrante: Régia Oliveira

Data da realização: 13 de junho de 2023.

Acesso no YouTube:

<https://www.youtube.com/watch?v=EMP22-dGP6A&list=PLR-NgiMG-cm7leDgHNogpdmhDX2g8BcbM&index=4>

Título: EXPERIÊNCIAS GRUPAIS COM JOVENS, PROMOÇÃO DO DIREITO À CIDADE, À CONVIVÊNCIA E O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS

Palestrante: Cérise Alvarenga

Data da realização: 20 de junho de 2023.

Acesso no YouTube:

<https://www.youtube.com/watch?v=cF1NrET3O6E&list=PLR-NgiMG-cm7leDgHNogpdmhDX2g8BcbM&index=5>

Título: JOVENS MULHERES E FEMINISMO

Palestrante: Lucélia Bassalo

Data da realização: 27 de junho de 2023.

Acesso no YouTube:

<https://www.youtube.com/watch?v=qAZuSv9vZe4&list=PLR-NgiMG-cm7leDgHNogpdmhDX2g8BcbM&index=1>

Título: DEL ENFOQUE MULTIDIMENSIONAL DE LA DESIGUALDAD A LA PRÁCTICA COMUNITARIA Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Palestrante: Mariana Chaves

Data da realização: 04 de julho de 2023.

Acesso no YouTube:

[https://www.youtube.com/watch?v=ezx\\_HYECIY4&list=PLR-NgiMG-cm7leDgHNogpdmhDX2g8BcbM&index=7](https://www.youtube.com/watch?v=ezx_HYECIY4&list=PLR-NgiMG-cm7leDgHNogpdmhDX2g8BcbM&index=7)

Canal do GEPJUVE/UFRGS no YouTube:

<https://www.youtube.com/@GEPJUVEUFRGS>

# **GEPJUVE**

**Grupo de Estudos e Pesquisas  
em Juventudes e Educação**





# TEMÁTICAS EMERGENTES EM JUVENTUDES

**Victor Hugo Nedel Oliveira (org.)**

Prefácio: **Olívia Cristina Perez**  
**Ana Luísa Fayet Sallas**  
**Carin Klein**  
**Cérise Alvarenga**  
**Dirce Zan**

**Juliana Ribeiro de Vargas**  
**Lucélia Bassalo**  
**Maria Elva de Jesus Matos**  
**Régia Cristina Oliveira**

O livro tem o êxito de situar as discussões sobre as juventudes nos campos mais conhecidos e de ampliar os olhares sobre elas. Apenas para citar alguns exemplos, os capítulos da obra abordam temas como culturas juvenis, sociologia das emoções, ocupações estudantis, transformações nas políticas públicas, impactos da pandemia, maternidades, desigualdades de gênero, construção social da adolescência e do corpo adolescente, etc. Percebe-se então a retomada de temas mais comuns no campo das juventudes, como a participação política, até reflexões mais atuais, como o impacto da pandemia na vida dos jovens (Olívia Cristina Perez, no prefácio da obra).

